



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ERTON DE ALENCAR ANTÃO DE CARVALHO

**A ATUAÇÃO DO 3º BEC NO MUNICÍPIO DE PIO IX NO
COMBATE À SECA (1979-1983)**

Picos-PI

2021

ERTON DE ALENCAR ANTÃO DE CARVALHO

**A ATUAÇÃO DO 3º BEC NO MUNICÍPIO DE PIO IX NO
COMBATE À SECA (1979-1983)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito obrigatório para obtenção da aprovação na disciplina TCC II, sob a orientação do Prof. Me. José Lins Duarte

Picos-PI

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Biblioteca Setorial José Albano de Macêdo
Serviço de Processamento Técnico

C331a Carvalho, Erton de Alencar Antão de
A atuação do 3º BEC no município de Pio IX no combate à seca
(1979-1983) / Erton de Alencar Antão de Carvalho – 2021.
Texto digitado
Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-
CSHNB
Aberto a pesquisadores, com as restrições da biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal
do Piauí, Licenciatura Plena em História, Picos-PI, 2021.

“Orientador: Me. José Lins Duarte”

1. Pio IX-PI. 2. História Oral. 3. Seca-Frentes de trabalho. I. Duarte,
José Lins. II. Título

CDD 981.22



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua Cícero Duarte Nº 905 - Bairro Junco CEP 64607-670 - Picos - Piauí
Fone: (89) 3422 2058

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos quinze dias (15) do mês de julho de 2021, no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, por meio da plataforma digital Google Meet, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **ERTON DE ALENCAR ANTÃO DE CARVALHO** sob o título A ATUAÇÃO DO 3º BEC NO MUNICÍPIO DE PIO IX NO COMBATE À SECA (1979-1983).

A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Ms. José Lins Duarte Examinador
1: Prof. Ms. Cássio de Sousa Borges Examinador 2:
Prof. Ms. Jônatas Lins Duarte

Deliberou pela **Aprovação** do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 10,00.

Picos (PI), 15 de julho de 2021

Orientador (a): José Lins Duarte

Examinador (a) 1: Cássio de Sousa Borges

Examinador (a) 2: Jônatas Lins Duarte

ERTON DE ALENCAR ANTÃO DE CARVALHO

**A ATUAÇÃO DO 3º BEC NO MUNICÍPIO DE PIO IX NO COMBATE À SECA
(1979-1983)**

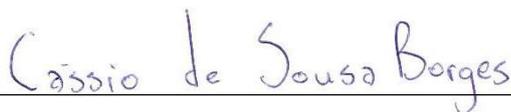
Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em História, da Universidade
Federal do Piauí - UFPI - Picos, Campus
Senador Helvídio Nunes de Barros.
Orientador: Prof. Ms. José Lins Duarte

Aprovado em 15 de julho de 2021.

Banca Examinadora:



Prof. Ms. José Lins Duarte
Universidade Federal do Piauí - (Orientador)



Prof. Ms. Cássio de Sousa Borges
(Examinador)



Prof. Ms. Jônatas Lins Duarte
(Examinador)

Dedico este trabalho aos meus pais.

Sem eles nada seria possível.

AGRADECIMENTO

Ao termino deste trabalho surge o sentimento de gratidão a todas as pessoas que estiveram ao meu lado ao longo dessa jornada acadêmica, me ajudando a superar as dificuldades e comemorando os momentos de alegria.

Agradeço inicialmente a Deus, por me permitir a realização deste sonho. Nos momentos mais difíceis ele nunca me deixou sozinho, tenho a certeza que sem a sua permissão os meus projetos não poderiam se tornar realidade. Agradeço pela determinação, saúde e proteção.

A vida acadêmica foi responsável por o crescimento profissional, porém ao longo desse percurso foi necessário superar grandes barreiras, que sem a ajuda de algumas pessoas seria muito mais difícil. Portanto, agradeço ao meu pai Dulcivaldo e a minha mãe Maria de Lourdes por toda a dedicação, amor e cuidado. Sou eternamente grato por sempre estarem ao meu lado.

Agradeço ao meu irmão Erik por sempre me aconselhar e me ajudar a superar as dificuldades do dia a dia. Agradeço ainda por todas as conversas, ensinamentos e amizade, tenho orgulho de ter você como irmão.

A minha avó Francisca e o meu avô Zé Arnaldo (*in memoriam*) por todo o amor dedicado, obrigado por todos os ensinamentos e por terem me ajudado na formação do meu caráter.

Agradeço a Tamiris, que desde o início desta trajetória esteve presente me motivando a nunca desistir. Obrigado pelo carinho, pelo apoio, por sempre está presente na minha vida ajudando a superar momentos difíceis.

Agradeço as minhas tias Maria Luzia e Maria das Graças por sempre estarem presente na minha vida, compartilhando ensinamentos e torcendo pela realização deste sonho que é a formação superior.

Agradeço a minha tia Auzair por todo o carinho, ensinamento, e demonstração de amor. Meu reconhecimento por tudo que sempre fez por mim, contribuindo para que eu sempre estivesse no caminho do bem.

Ao meu amigo Lucas Manoel, obrigado por todo o apoio e força ao longo da graduação, sou grato por todas as demonstrações de amizade verdadeira. Obrigado por toda a parceria feita, pelas conversas, brincadeiras, por cada trabalho e seminário que fizemos juntos. Sempre estarão na minha memória!

Agradeço aos meus entrevistados pela atenção, e por terem se disponibilizado a contribuir com a realização deste trabalho. Agradeço ainda ao professor Gleison por a disponibilidade em ajudar.

Agradeço ao meu orientador, professor José Lins Duarte pela paciência e todo apoio prestado para a concretização deste trabalho. Sem dúvida, isso só foi possível com a sua ajuda e direcionamento!

Por fim agradeço a todas as pessoas que de forma direta ou indireta me ajudaram na realização deste sonho! Muito obrigado a todos torceram por mim e que acreditaram que essa etapa da minha vida seria alcançada.

Resumo

O desenvolvimento deste trabalho tem como objetivo principal analisar a atuação do 3º Batalhão de Engenharia e Construção junto as frentes de trabalho emergencial nos anos de 1979 a 1983 no município de Pio IX, bem como a participação popular para a efetivação dessas benfeitorias. Para tanto, inicialmente apresentamos uma contextualização acerca da seca no Nordeste e dos efeitos para a vida e economia da população piononense, considerando nesse aspecto a idealização das frentes de trabalho que foram desenvolvidas como ferramenta de auxílio à população nos momentos de grandes estiagens. As frentes de trabalho tinham como característica a construção de obras hídricas, visando a obtenção de água, assim a população local era chamada para trabalhar nessas obras gerando emprego e fonte de renda, sendo importante para amenizar os efeitos da seca. Tomando como elemento teórico a história e a memória, será buscado a partir de documentação encontrada no 3º BEC e de entrevista com pessoas que participaram dessas ações, analisar lacunas presentes na história desse município.

Palavras-chave: Pio IX; História Oral; Frentes de trabalho.

Abstract

The development of this work has as main objective to analyze the performance of the 3rd Battalion of Engineering and Construction with the emergency work fronts in the years 1979 to 1983 in the municipality of Pio IX, as well as the popular participation for the realization of these improvements. Therefore, we initially present a contextualization about the drought in the Northeast and the effects on the life and economy of the population of Pionon, considering in this aspect the idealization of the work fronts that were developed as a tool to help the population in times of great drought. The work fronts were characterized by the construction of water works, aiming to obtain water, so the local population was called to work in these works, generating jobs and a source of income, being important to alleviate the effects of the drought. Taking history and memory as a theoretical element, it will be sought from documentation found in the 3rd BEC and from interviews with people who participated in these actions, to analyze gaps present in the history of this municipality.

Keywords: Pio IX; Oral History; Work fronts.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO -----	11
2. O COTIDIANO DO SERTANEJO EM MEIO A SECA: A ESTIAGEM DE 1979 A 1983 NO MUNICÍPIO DE PIO IX. -----	17
2.1 Pio IX – PiauÍ. -----	17
2.2 A caracterização da seca -----	21
2.3 Polígono das secas -----	28
3. AS FRENTES DE TRABALHO EMERGENCIAL EM PIO IX-PI -----	33
3.1 Os anos de 1979 a 1983 -----	33
3.2 O perfil dos entrevistados -----	38
3.3 A “emergência” de ações contra as secas -----	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	55
5. REFERÊNCIAS -----	56
6. ANEXOS -----	58

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo, analisar o desenvolvimento das frentes de trabalho emergenciais na cidade de Pio IX entre os anos de 1979 a 1983. Bem como apresentar uma contextualização a respeito dos longos períodos de estiagens e dos seus efeitos para a vida dos nordestinos, em específico os habitantes de Pio IX.

De acordo com Sousa (2014) a seca no nordeste brasileiro se destacou ao longo dos anos por assumir um caráter de calamidade, promovendo fome, miséria e até morte. Tudo isso fez com que os flagelados buscassem sua sobrevivência em auxílios e em trabalhos temporários, que seria o carro chefe para superar as grandes dificuldades motivadas pela irregularidade do período de chuvas. Desta forma ao longo das constantes e calamitosas estiagens, a seca também se desenvolveu por apresentar um caráter de interesses políticos nos quais foram responsáveis por buscar respostas para resolver os problemas ocasionados pela falta de chuvas. As medidas que se davam em sua grande maioria, em caráter emergencial, foram responsáveis por motivar estratégias de enfrentamento a secas. Essas ações governamentais motivaram ao longo do tempo o interesse por pesquisas e trabalhos com intenção de descobrir os resultados destes projetos.

Entre as intervenções desenvolvidas pelo poder governamental como medida de enfrentamento à seca, busca se destacar as obras de caráter emergencial tomando como destaque as frentes de trabalho no combate à estiagem nos anos de 1979 a 1983 no município de Pio IX. A seca no município não foi diferente da realidade difícil do restante do Nordeste, o fato é que o fenômeno climático esteve presente desde o início do povoamento desta região, ocasionando transformações sociais muito importantes para a história desse povo.

A falta de chuvas foi responsável por promover a morte dos animais, a perda da lavoura e desestruturação econômica do município, o que motivou lembranças marcantes e presentes na memória de quem presenciou tamanha aflição.

Como forma de diminuir o sofrimento da população e impulsionar a reestruturação econômica dos municípios, o poder governamental desenvolveu algumas medidas de atuação, dentre elas as frentes de trabalho, que tinham como objetivo a contratação da população local para o desenvolvimento de obras que resultariam no combate à seca como a exemplo da construção de açudes, barreiros e cacimbões. O Exército Brasileiro foi responsável por

gerenciar essas obras em grande parte do Piauí. No município de Pio IX, foi encarregado ao 3º Batalhão de Engenharia e Construção a realização das obras.

As frentes de trabalho se destacavam pelo alistamento de inúmeras pessoas que estavam vivendo sob o drama das secas, no qual tinham em comum a necessidade de trabalhar já que a falta de chuva impossibilitou o desenvolvimento da agricultura e pecuária, que eram as principais fontes de renda da época. A junção de um grande número de pessoas em meio as obras de emergência além de mostrar o drama causado pela seca é responsável por criar um vasto campo de pesquisa, repleto de informações e vivências que podem ser utilizadas para solucionar lacunas na história do município.

Inicialmente é necessário compreender quais os principais problemas estruturais que levaram o 3º BEC a realizar ações sociais na cidade de Pio IX na década de 70 e 80, sabendo que o contexto social mostrava um período de grandes dificuldades provenientes de um longo período de estiagem, ocasionando na população um grande abalo econômico e social.

Afim de entender como se deu essa atuação é importante analisar os primeiros contatos do 3º BEC no município de Pio IX, em especial, compreender como era a relação com as pessoas que participaram ativamente das frentes de trabalho, bem como entender os critérios de alistamento, e a divisão de tarefas. Vale ressaltar que essas pessoas se constituíam em sua maioria de pequenos agricultores que vinham fragilizados pelos prejuízos advindos da pouca quantidade de chuva. Ao analisar a participação da população em meio as obras de construção de açudes, cacimbões e outros, busca-se compreender o contexto social e econômico no qual a população local estava inserida, tornando o entendimento da importância destas obras para a época.

Somando a isso é importante avaliar o espaço das mulheres piononenses nesse período e as contribuições desempenhadas por elas nas ações desenvolvidas pelo 3º BEC. Sendo necessário compreender através das suas tarefas as formas de tratamento em meio ao ambiente de trabalho, analisando as suas contribuições e suas ações nesse ambiente.

As obras desenvolvidas pelo 3º BEC como a exemplo das construções de locais para armazenamento de água como açudes, barragens, entre outros, foram efetivadas com a participação da população local o que foi importante para promover a geração de emprego, já que na referida época parte da população passavam por grande desestruturação econômica, e as atividades agrícolas como o cultivo de milho e feijão e a pecuária estavam fragilizadas sob forte

influência da seca, logo é de grande importância a compreensão de como estas obras atuavam no fortalecimento da economia local.

Uma forma encontrada pelo poder público para ajudar os atingidos que dependiam das chuvas para tirar o seu sustento foi promover políticas assistencialistas, como no caso das obras de emergência onde um dos objetivos era suporte e auxílio financeiro a essa população.

Essa forma de promover auxílio aos flagelados a partir de políticas emergenciais foram bastante utilizadas pelo poder governamental, visando combate à seca e as constantes migrações. Essas medidas de cunho emergencial foram por muito tempo criticadas por se apresentarem como medidas de caráter paliativo. Desta forma um dos nossos objetivos é compreender a importância das ações desenvolvidas no município Pio IX para o combate a migração, falta de água e o desemprego, e analisar quais os benefícios destas obras para a vida da população.

Afim de desenvolver a respeito do que foi citado acima é pretendido trabalhar com documentação oficial do BEC, com algumas fichas de frequência e de pagamento disponíveis no sindicato dos trabalhadores rurais de Pio IX, com possíveis materiais do arquivo público, bem como entrevistas realizadas com pessoas que participaram das frentes de trabalho emergenciais.

Com o uso da documentação obtida no 3º BEC, em geral, será possível compreender as obras como um todo desde a preocupação com a obtenção de água até o emprego de centenas de pessoas. Com esses documentos serão analisadas questões como o trabalho em meio a construção de açudes, barreiros e etc. As fichas de frequência podem nos mostrar a organização e a presença diária desses trabalhadores, bem como as fichas de pagamento que torna possível compreender o aspecto de auxílio e a importância daquele salário para a época.

O uso da história oral será importante para a reconstrução de lembranças e vivências que nos ajude a compreender melhor os aspectos da época, analisando de forma bem mais completa a respeito de assuntos que não são contemplados pelos documentos oficiais.

Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos. (MATOS, SENNA, 2011, p. 97)

Com as entrevistas é pretendido analisar a memória pessoal, buscando as lembranças de quem viveu o sofrimento dos longos períodos de estiagem que motivaram a morte dos animais e a perda da lavoura. Se torna interessante compreender como as ações governamentais

eram vistas por essa parte da população e entender como esse mesmo povo relatava o sofrimento e como conseguia sobreviver mediante as constantes estiagens.

Logo entender a memória como parte do passado, buscando a reconstrução através de forma coletiva nos ajuda a compreender ações de um período que ficou marcado na lembrança individual e que estão inseridas em um contexto. As autoras Júlia Silveira Matos e Adriana Kivanski de Senna, abordam a memória como a presença do passado:

Podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. Não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não. (MATOS, SENNA, 2011, p. 96)

De acordo com a citação a cima podemos perceber a ligação que existe entre memória individual e coletiva, na qual as pessoas que estão inseridas em uma mesma sociedade tendem a se influenciarem construindo pensamentos em comum.

Assim a história oral é de grande relevância para a construção deste trabalho já que a partir desta podemos reconstruir aspectos de uma população que vivenciou o período no qual está sendo pesquisado, nos proporcionando através de sua memória o cotidiano de luta no combate aos efeitos da seca. Pensar nessa metodologia nos remete a necessidade de trabalhar com autores como Sônia Maria de Freitas, que nos ajuda a entender que:

A História Oral tem como suporte as lembranças, evidenciando uma memória coletiva. Esta última pode ser entendida como uma somatória de experiências individuais, passíveis de serem utilizadas como fontes históricas. Relembrando Pierre Nora, memória é o vivido e história é o elaborado. Através do resgate da memória se reconstrói o passado. (FREITAS, 2006, p. 51)

De acordo com o autor Roberto Lobato Corrêa (1989, p. 08) “[...] o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente”.

A citação acima remete a necessidade de compreender o espaço urbano através de ações que foram desenvolvidas no passado, afim de compreender também nuances de uma história que está conectada com o presente. Assim os reflexos sociais de ações do passado podem ainda se fazerem presentes nos dias atuais.

O trabalho de Ligia Albuquerque de Melo - Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira -PE (2003), que trata a respeito da figura da

mulher em meio ao ambiente da agricultura familiar, traz um debate importante acerca da participação e influência da figura da mulher neste ambiente, além de abordar relações gênero através de processo de divisão sexual do trabalho, e a desvalorização dos esforços do trabalho feminino. Partindo deste ponto será buscado analisar a participação da mulher nas obras de emergência, destacando as contribuições do trabalho feminino para o período.

Ainda de acordo com a autora Ligia Albuquerque de Melo (2003), a influência de uma cultura patriarcal dificulta a inclusão da mulher na participação em programas governamentais como no caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF, desta forma buscaremos analisar a respeito da inclusão da mulher nas frentes de trabalho, compreendendo o aspecto de inclusão ou exclusão da figura feminina neste ambiente.

A partir do entendimento de autores como Paulo de Brito Guerra (1981) podemos compreender a seca enquanto fenômeno climático, e assim entender que as causas de um período de estiagens são responsáveis por promover mudanças econômicas e sociais das quais se torna importante analisar.

Para o desenvolvimento deste trabalho buscarei abordar a temática em dois capítulos. No primeiro capítulo será compreendido a respeito da seca no Nordeste, bem como os efeitos da falta de chuvas para a população local. Logo após será analisado esse fenômeno climático a partir de relações de interesses, e a importância das ações de combate à seca promovidas pelo poder governamental para população.

O segundo capítulo irá abordar como os anos de 1979 a 1983 foram impactados pela estiagem, avaliando os esforços da população para superar as dificuldades deste período. Será pensado ainda como as frentes de trabalho foram desenvolvidas no município de Pio IX, e como a população participou destes feitos. A partir de relatos dos entrevistados será analisado como o período das frentes de trabalho ficou marcado na história de quem vivenciou essa época. Por fim, objetiva-se compreender como as ações do governo ajudaram no enfrentamento da seca.

O trabalho se baseia nas obras de Custódia Matutina de Alencar (2000), Odon Antão de Alencar (2007) e José de Alencar Bezerra (1983), autores que abordam a cidade de Pio IX como a base de seus estudos. Outros autores utilizados foram Pinto de Aguiar (1983), que trata o Nordeste a partir do drama causado pela seca, elemento importante para compreender como esse fenômeno climático foi responsável por promover mudanças no dia a dia da população de Pio IX. Carlos Garcia (2017), que trata como o Nordeste foi relacionado a estereótipos

negativos, Sonia Maria de Freitas (2006) na qual aborda a história oral como elemento importante para analisar a visão dos fatos sob o olhar dos próprios protagonistas e Paulo de Brito Guerra (1981) que mostra a seca a partir das relações sociais e econômicas.

Buscamos subsídios ainda nos trabalhos de Paulo Bezerra de Sousa (2014), Fernando de Sousa Cruz (2017) e Bruno Santos Luz (2013) que enfocam aspectos relacionados a seca e as obras de emergências no povoado Canabrava, e respectivamente os outros dois na cidade de Picos. Relacionamos as fontes com documentos encontrados no 3º BEC, no Sindicato dos trabalhadores rurais, com dados do IBGE e com fotos cedidas pelos entrevistados.

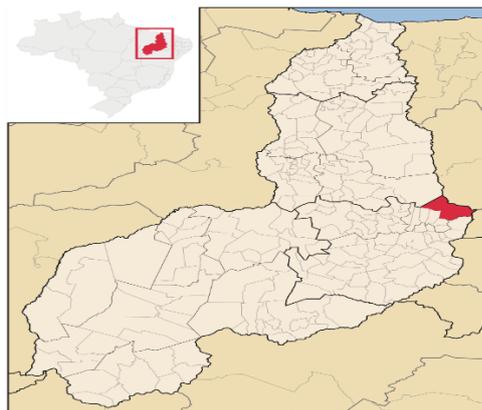
2. O COTIDIANO DO SERTANEJO EM MEIO A SECA: A ESTIAGEM DE 1979 A 1983 NO MUNICÍPIO DE PIO IX.

O desenvolvimento deste capítulo abordará o cotidiano do povo piononense em meio aos longos períodos de estiagem, desta forma buscaremos analisar os efeitos causados pela irregularidade das chuvas para o dia a dia da população de Pio IX nos anos de 1979 a 1983, no qual impulsionaram o surgimento de políticas públicas que tinham como objetivo ajudar a população local no enfrentamento dos problemas advindos da falta de chuvas, causas estas que são objetos desse estudo. Logo se torna necessário a compreensão do que é a seca na visão de alguns autores, associando o conceito com as vivências do próprio povo que sentiu na pele as marcas deste período.

2.1 Pio IX - Piauí

O município de Pio IX - PI está localizado na porção centro-leste do estado do Piauí, com uma distância de 439 km da capital Teresina. De acordo com informações do IBGE (2019) o município conta com uma área territorial de cerca 1.947, 212 km² e uma população estimada em cerca de 18.459 habitantes (IBGE 2020).

Imagem 1: Localização da cidade de Pio IX (em destaque).



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pio_IX_\(Piau%C3%AD\)#/media/Ficheiro:Piaui_Municip_PioIX.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pio_IX_(Piau%C3%AD)#/media/Ficheiro:Piaui_Municip_PioIX.svg).

De acordo com a pesquisadora Custódia Matutina de Alencar, o espaço que inicialmente foi denominado de “Umbuzeiro” teve como marco inicial para o seu povoamento as margens do rio Condado, “tornando-se, em pouco tempo, o maior centro populacional da região”. (ALENCAR, 2000, p. 9)

Os primeiros contatos de migração aconteceram devido à proximidade territorial ainda por volta das primeiras décadas de 1800 com a chegada de famílias procedentes do Ceará, Piauí e Pernambuco. Dessa forma o historiador Paulo Estácio do Nascimento Sousa, em sua monografia apresentada a Universidade Federal do Piauí, defende que diversas famílias que migraram para o território piononense eram motivadas por fatores naturais como a seca e a busca por novas terras para o cultivo e para a pecuária.

Verificamos que as primeiras migrações que aconteceram no início do século XIX com destino a atual localização de Pio IX não podem ser explicadas por precisão, pois em sua maioria são informações adquiridas por relatos orais que passaram de geração para geração. No entanto, acreditamos que muitas famílias chegaram à região motivadas principalmente por fatores naturais, como a seca e a busca por subsistência em novas áreas que possibilitassem a implementação da agricultura e a pecuária. (SOUSA, 2017, p. 42-43)

Nesse contexto o espaço no qual foi atrelado as primeiras ocupações as margens do rio Condado fica clara a intenção de desenvolver atividades voltadas ao campo, como a agricultura e a pecuária contando com grande incentivo do solo sendo considerado ambiente ideal para a produção de alimentos e criação de animais já que dispunha de “terras arenosas e de argilas, todas de aptidão para o plantio de milho, feijão, algodão e mamona, além de muitas leguminosas e gramíneas nativas que supriam, de certo modo, as necessidades do criatório da época” (ALENCAR, 2007, p. 14).

Os primeiros focos de ocupação nas terras que hoje se compreende como a cidade de Pio IX são influenciados pelas práticas da agricultura e pecuária podendo serem apontadas como elementos primordiais para o início do povoamento e também pelo desenvolvimento do ambiente enquanto espaço urbano (ALENCAR, 2007).

A partir de então é importante perceber que o início do povoamento de Pio IX e a construção do seu espaço social está inserido em uma lógica de desenvolvimento que se destacou pela ligação econômica, ou seja, o município ganhou destaque a partir das suas terras que eram de boa qualidade para o cultivo e a pecuária, que na época eram importantes fontes de renda. O espaço urbano da cidade ganha maior notoriedade a partir da construção das igrejas o que não fugiu da lógica de povoação de muitas cidades do Piauí que foram motivadas pela influência de atividades ruais e religiosas.

Podemos perceber que o município de Pio IX seguiu a mesma lógica de povoação de outras centenas de municípios que surgiram no decorrer do período colonial para o império, no interior do Brasil. Essas povoações que surgiam a partir da implantação de fazendas e sítios, ao ganharem o acréscimo de um templo religioso, progrediam na formação de um centro urbano. Assim, a origem de várias cidades atuais ligadas as fazendas de gado e práticas de agricultura e pecuária, também são ligadas pela

edificação de templos religiosos nos referidos povoados, sobretudo igrejas e capelas, se apresentando como uma característica comum a alguns municípios. (SOUSA, 2017, p. 45)

A importância da religião e das edificações religiosas para o processo de desenvolvimento populacional da cidade é muito grande já que os primeiros focos de povoamento da cidade se dão ao entorno da igreja e da capela, ambas construídas sob forte influência do padre José Antonio de Maria Ibiapina¹. Conhecido como apóstolo do Nordeste percorreu ao longo da sua trajetória eclesiástica grande parte do nordeste brasileiro, com objetivo de promover a evangelização e impulsionar melhorias estruturais por onde passava.

No ano de 1871 padre Ibiapina chega ao território que hoje compreende como de Pio IX, deu início a construção da capela de São Miguel e posteriormente a edificação da igreja que teria como Padroeira Nossa Senhora do Patrocínio. (ALENCAR, 2000)

A passagem do clérigo surtiu forte influência para o processo de formação da cidade de Pio IX, já que as construções edificadas por ele foram capazes de promover mudanças do dia a dia da população. O poder de liderança do missionário pode ser visto em meio ao cotidiano de trabalho na construção dos dois templos e também nas práticas religiosas que foram fundamentais para o processo de crescimento habitacional daquela comunidade.

Motivada pelas edificações da capela de São Miguel e da igreja matriz que tem como padroeira Nossa Senhora do Patrocínio a localidade se desenvolveu e o povoado se constituiu distrito de Paz, elevado à categoria Freguesia, pela Resolução Provincial nº. 1.078, de 13 de julho de 1883, com o provimento canônico consumado em 1888. (ALENCAR, 2000)

De acordo com Alencar, Custódia (2000) ainda em 1888 adquiriu categoria de Vila e Sede de Município, desmembrado de Jaicós, com a denominação de Patrocínio, em homenagem a Nossa senhora do Patrocínio, pela Resolução Provincial nº. 1.193, de 09 de outubro de 1888, cuja instalação do município foi realizada no dia 8 de agosto de 1889. Em razão da legislação

¹ José Antonio Pereira de Maria Ibiapina nasceu em 05 de agosto de 1806, na cidade de Sobral, no Ceará. Filho de Francisco Miguel Pereira e de Maria Teresa de Jesus, formou-se em Direito no ano de 1832 e devido uma necessidade da Nação por docentes na área jurídica e juizes de Direito para as comarcas foi nomeado professor do curso de Direito, Juiz de Direito de uma comarca do Ceará e lançado candidato a Deputado Geral, sendo eleito e passando a representar este mesmo estado. Entretanto, Ibiapina renunciou todas essas ocupações e direcionou suas práticas para uma vida sacerdotal, porém, não atuou de uma maneira fixa, ficando com responsabilidades delimitadas. Desenvolveu uma vida de peregrinação pelo interior de todo o Nordeste brasileiro, levando mensagens do Evangelho e caridade às pessoas humildes e em situações adversas. Suas viagens tiveram início em Pernambuco e depois atingiram Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Por onde passou atuou de acordo com valores religiosos, pautados no trabalho coletivo e busca por melhorias nas condições de vida do povo, fazendo-o edificar Casas de Caridade, Igrejas, Capelas, cemitérios, açudes, além de prestar assistência espiritual, etc.

federal que proibia a duplicidade de topônimos das cidades e vilas brasileiras, o Município de Patrocínio teve seu nome mudado para Pio IX, em homenagem ao Papa Pio IX, que proclamou o dogma da imaculada Conceição, pelo Decreto-Lei Estadual nº. 754, de 30 de dezembro de 1943. Com a mesma denominação e composição é registrado atualmente.

A cidade passa a se destacar pela a sua predominância a uma economia agrícola e pecuária. A safra basicamente se resume a uma cultura de produção de feijão, milho, mandioca e caju. E a pecuária constituída por bovinos, equinos, muares, caprinos, ovinos e suínos, desta forma a sobrevivência dos habitantes dependia intimamente de um bom inverno, que fosse capaz de assegurar as plantações, deixar água e pasto para os animais. Se o inverno acontecer de forma positiva é grande a satisfação da população, se ocorrer de forma negativa cabe a todos recorrer da fé para que possam superar os efeitos da seca.

O município de Pio IX ao longo dos anos sofreu com as extensas estiagens colocando a população em uma situação bastante delicada pois a produção do milho e feijão que eram as principais sementes cultivadas na época em forma de subsistência foram prejudicadas por falta de chuvas, o mesmo aconteceu com os rebanhos que começavam a sofrer com a escassez de água e comida.

De acordo com o autor Odon Antão de Alencar, uma das forma de socorro encontrada por a população era recorrer aos santos, se utilizando da fé para fazer promessas. Uma das tradições local era o ato de roubar santos, que após serem atendidos e as chuvas caírem sob as terras secas era feita uma espécie de festa para devolver as imagens.

Quando no início do período das chuvas e essas não chegam a contento, ou se ausentavam, dando início à escassez de água e alimento para os rebanhos, o jeito era de apelar para o senhor. Fazer promessas e roubar santos da vizinhança preferencialmente São José, que era considerado o mais milagroso. Quando as chuvas chegavam, pela fé ou obstinação da natureza, os santos eram devolvidos às suas casas em caminhada, todos a pé, rezando e cantando os benditos louvores ao senhor. O uso de foguetes era imprescindível em todo o percurso da caminhada. (ALENCAR, 2007, p. 60)

Desta forma a vida da sociedade e o comércio local sofrem forte influência do período chuvoso, quando se tem um bom inverno e a colheita se dá em abundancia há o aquecimento da economia local, quando a estiagem perdura, a colheita fica comprometida afetando a vida da população. Assim Paulo Guerra (1914, p. 21) destaca que a falta de chuva nessas regiões onde a economia é basicamente agrícola e pecuária tende a sofrer com uma grande desestabilidade na vida e na economia dessa população:

Em região onde a maioria da população vive da pequena agricultura, a falta de chuvas suficientes para as colheitas e pastagens forçosamente abala e

desorganiza a economia e a própria vida da sociedade. Não só a falta de chuvas é prejudicial, mas a sua irregularidade. Porque a chuva, nessa região semi-árida, cai “irregularmente no decorrer dos anos; irregularmente no decorrer de uma mesma estação e irregularmente sobre a própria superfície. (GUERRA, 1914, p 21)

O fato é que de tempos em tempos as secas se fazem presentes na vida do povo nordestino ocasionando prejuízos para a economia e uma grande desestabilidade para a população. Os estragos acarretados pela falta de chuvas escancaram uma deficiência nas políticas de assistência dada pelo poder governamental ao longo do tempo, como a exemplo das “frentes de trabalho” que tinham como objetivo justamente o combate aos efeitos da seca.

Dessa forma podemos compreender que se houve ações desenvolvidas pelo poder governamental com intuito de reduzir os efeitos das longas estiagens é porque a seca estava promovendo mudança na vida dessa população, logo o objetivo a princípio é o de analisar essas transformações causadas pela escassez das chuvas e entender como essas ações promovidas pelo governo promoviam mudanças no dia a dia da população.

2.2 A caracterização da seca

Se em um passado distante a seca estava intimamente ligada a morte promovendo muita dor e sofrimento, em um passado mais recente podemos dizer que mesmo tendo superado esse período de mortes causadas pelas consequências da seca esse fenômeno ainda promove muitas mudanças na vida do sertanejo, que tem a necessidade de permanecer convivendo com grandes prejuízos causados pelas poucas chuvas como a exemplo da perda da lavoura, a morte dos animais e etc.

É fato que a seca está presente na vida do povo nordestino, se pensar apenas no século XXI é possível analisar um grande período onde a população teve que conviver com os efeitos amargos das longas estiagens, que foram responsáveis por caracterizar os anos de 1979 a 1983 como os mais calamitosos. Desta forma o autor Carlos Garcia lista alguns anos que sofreram com os baixos índices pluviométricos. “Nesse século foram registradas secas em 1900, 1903, 1915, 1919, 1932, 1942, 1951/53, 1958, 1966, 1970, 1976 e a chamada seca do século, que perdurou de 1979 a 1984.” (GARCIA, 1984. n. p)

Nesse pensamento, Paulo Guerra (1914, p. 35) aborda o quanto era crítico os efeitos maléficos da seca no Nordeste desde o século passado e ainda relata a quantidade de mortes oriundas da ausência de chuvas regulares. “No passado, o vento da seca cheirava a morte. Em

1877 o Nordeste foi desfalcado de quinhentas mil vidas. [...] As residências tinham “turmas de enterro”, cuja única tarefa era sepultar os mortos.”

As constantes estiagens e os efeitos maléficos produzidos na vida da população fizeram com que o Nordeste como um todo fosse visto de forma negativa em um cenário nacional. Dessa forma a autora Lara de Castro (2011) aborda que a seca de 1877 foi capaz de colocar o Nordeste nos holofotes nacionais de forma negativa:

A seca ganhou repercussão nacional principalmente com a estiagem de 1877, quando fome, falência, migrações em massa, furto, prostituição, peste e morte abalaram o norte. Desde desse período a principal solução apontada para estiagem eram as de ordem hidráulica e para remediar os problemas sociais que os retirantes causavam, ocupavam-se nos tempos de secas, milhares de trabalhadores do campo nessas obras. (CASTRO, 2011, p. 2)

As ações citadas acima são importantes para se perceber que o nordeste brasileiro foi desde muito cedo prejudicado pela falta de chuva, o poder governamental muitas vezes se permaneceu omissos na busca por ações que pudessem solucionar o problema logo nos primeiros anos de seca. Ao invés de tratar e cuidar para que as ações maléficas das estiagens não se prolongassem eram pensadas políticas de intervenção paliativas o que davam a falsa ideia de que o poder público estaria resolvendo o problema dessa região, sendo que na verdade a seca continuaria a promover grande desestruturação econômica e social.

Desta forma, surgem as chamadas políticas de emergência que foram pensadas para amenizar os conflitos sociais, já que as constantes estiagens promoviam na população o sentimento de revolta por saber que o poder governamental por muitas vezes se permanecia omissos na promoção de socorro aos flagelados.

A política adotada em período de seca, chamada política de emergência, é um programa governamental implantado para amenizar ou eliminar conflitos sociais inevitáveis que explodem quando parte da população tem seu nível de subsistência comprometido. Essa política tem como objetivo atender a população que se encontra em reconhecido estado de calamidade pública, sobretudo no que se refere ao abastecimento d'água e geração de renda. Tal política é estabelecida a partir de pressões da população que tem seu suporte alimentar afetado. (FISCHER, ALBUQUEQUE, 2002, p. 05)

Com o passar do tempo essa forma negativa no qual o Nordeste estava inserido começou a ganhar destaque pela falta de ações que pudessem combater os efeitos das secas, gerando uma importante repercussão nacional que seria fundamental para chamar a atenção do poder governamental para realização de políticas públicas que pudessem promover o desenvolvimento dessa da região, e em contra partida auxiliar a população ao enfrentamento da seca.

Uma solução apontada por parte do governo como medida de assistência para reduzir a quantidade de pessoas mortas por conta dos efeitos da seca foi investir em obras de emergência onde colocaria grande quantidade de flagelado para trabalhar, promovendo uma redução na taxa de mortalidade.

Com relação ao êxito dessas obras no enfrentamento aos prejuízos ocasionados pela seca, Guerra (1914) defende que as medidas tomadas pelo governo federal foram prontas e eficientes e que além de promover o desenvolvimento da região com obras de infraestrutura ajudou também a empregar centenas de pessoas. O sucesso colocado pelo autor está relacionado a diminuição na quantidade de pessoas mortas no período de seca, pois a ajuda enviada pelo o governo era através de ações paliativas como a exemplo da contratação temporária de grande número de pessoas para trabalhar em obras como “estradas e campos de pouso”. Os resultados desse socorro promovido pelo poder público eram momentâneos.

É de fácil compreensão que as ações promovidas pelo governo até aqui eram realmente de caráter paliativo, que tinha como objetivo diminuir as tensões sociais e dá a falsa ideia de que os governantes estavam preocupados com os prejuízos causados pela seca. Essa afirmação pode ser confirmada pelo simples fato de as intervenções só serem promovidas nos momentos de grandes tensões, onde a população estava no seu limite.

É necessário compreender a respeito deste período pelo fato de que as ações desenvolvidas naquele momento tiveram importância na vida daquela população, mesmo que não sendo da forma esperada, assim essas intervenções mesmo que paliativas e pressionadas pelo clamor popular beneficiaram de alguma forma o enfrentamento dos prejuízos advindos das estiagens.

Outro ponto que deve ser ponderado é que essas ajudas promovidas pelo poder governamental foram importantes para a construção e aperfeiçoamento de novas medidas a serem utilizadas nos próximos períodos de estiagem, já que as ações desenvolvidas não solucionavam o problema da população de forma efetiva, de tal modo que nas próximas estiagens os problemas reapareceriam, existindo assim a necessidade de melhoramentos dessas medidas.

Neste sentido é possível perceber que as atuações governamentais se tornam de certa forma mecanismo de controle, onde de um lado estão os habitantes pobres sofrendo pelos efeitos da seca e de outro lado as autoridades, que para SOUSA (2014), se apropria desta fragilidade para controlar os recursos e projetos nesses períodos de estiagens, criando assim um

período de maior dependência da população a estes auxílios promovidos pelas autoridades administrativas. Assim a seca deixa de ser vista apenas como um fenômeno climático, e passa a se destacar pela reafirmação de dependência desses indivíduos as condutas do governo.

A partir de então, diante da necessidade de agir frente às estiagens o governo brasileiro pode massificar o controle, e definir os interesses e as formas de intervenção nos períodos de seca. Essa prerrogativa governamental de controlar os recursos e ações contra a seca alimentou os ciclos de dependência dos sertanejos e ajudou a criar a tão conhecida “indústria da seca” no nordeste, que vigora até hoje. Com isso a seca ganha um significado novo, passando unicamente de um fenômeno natural e esporádico para constituir-se elemento de reafirmação de dependência da população frente ao governo. (SOUSA, 2014. p. 17)

Desta forma podemos compreender que essa “indústria da seca” é idealizada a partir dos meios impostos pelo poder governamental da época para legitimar as suas ações de caráter paliativas, nas quais se destacavam por atribuir dupla função de se estabelecerem como auxílio aos flagelados e ferramenta de controle popular.

A seca fica basicamente relacionada a como ela é vista através dos seus efeitos em uma determinada sociedade. Assim o conceito a respeito desse fenômeno climático se torna algo incerto que ao longo do tempo, cuja realização de alguns estudos efetuados por diversas áreas do conhecimento, incluindo os historiadores definiram de diferentes formas.

Na visão de Paulo Guerra (1914) “a seca consiste na falta ou má distribuição das chuvas. Suas causas estão hoje em grande parte determinadas e a influência das manchas solares sobre fatores climáticos, notadamente formação e regime das correntes eólicas, é aceita como uma das importantes”. (GUERRA, 1914, p. 21)

Na concepção de Carlos Garcia (1984) a seca se destaca não pela ausência de água, pois segundo o autor o elemento principal para a caracterização da seca é a irregularidade das chuvas que promove prejuízos econômicos tornando esse fenômeno natural em um grande problema socio econômico.

Em conformidade a isso, Sousa (2014) defende que as características principais de um período de seca, são a ausência de chuvas e a escassez de água potável. Contudo a definição de seca não se restringe apenas a falta d’água, pois vai muito além.

Campos e Studart (2001), defende que não é possível atribuir uma definição padrão a respeito da seca, pois esse fenômeno permite atribuir vários sentimentos e denominações, pois a visão de quem está sentindo diretamente os efeitos da estiagem podem ser diferentes do entendimento de quem acompanha de longe. Logo afirmam que:

O conceito de seca está intimamente relacionado ao ponto de vista do observador. Embora a causa primária das secas resida na insuficiência ou na irregularidade das

precipitações pluviais, existe uma seqüência de causas e efeitos na qual o efeito mais próximo de uma seca torna-se a causa de um outro efeito e esse efeito passa a ser denominado também de seca. (CAMPOS; STUDART, 2001, p. 3).

Para Cruz (2017), a seca é um fenômeno que perdura por muitos anos, e que se define pela ausência de recursos hídricos que são resultados de fenômenos naturais, que acontece com maior frequência na região Nordeste por conta do seu clima semiárido.

A seca é um processo que perdura em algumas regiões do nosso planeta há bilhões de anos. Caracterizada pela ausência de recursos hídricos para diversas formas de utilização, ela é resultante dos fenômenos naturais, os quais ocorrem com peculiaridade nos processos regidos pela natureza. No Brasil, esse fenômeno acontece com maior frequência na Região Nordeste, que possui um clima semiárido, cuja seca assola boa parte da região. (CRUZ, 2017. p. 19)

Os problemas ocasionados pela seca estão intimamente relacionados com o cotidiano do povo nordestino, que ao longo da sua história viveu com grande influência deste fenômeno climático. Em uma região que ainda tem como base a agricultura e a pecuária como fonte de renda se torna corriqueiro ver de perto a lavoura e o criatório sendo prejudicados pela a escassez de água.

Diante disso, Luz (2013) aponta que essas culturas de cultivo para subsistência são vulneráveis diante as relações climáticas, já que os períodos de estiagens sempre se fizeram presentes comprometendo a safra.

O fato é que de tempos em tempos os sertanejos do semiárido nordestino convivem com esses períodos de seca, que assolam a agricultura, dizimam rebanhos e obrigam as famílias a abandonarem suas terras em busca de sobrevivência. Esses ciclos de estiagem são mencionados na realidade do nordeste, desde a ocupação portuguesa, e contribuem para mitificar a região como um local de onde se deve acabar com um mal, o “mal da seca”; este é o discurso que foi e que é reproduzido, e que serve de base para as medidas de ação governamentais voltadas a amenizar os efeitos das secas. (SOUSA, 2014, p. 15)

Os anos finais da década de 1970 e os iniciais de 1980 ganharam destaque por apresentar um período de longa estiagem na região nordeste, promovendo grande abalo na vida da população. Os resultados destes períodos de seca foram sempre negativos. Dessa forma, para Paulo Bezerra de Sousa (2014), os efeitos de uma seca são sempre alarmantes e sentidos de imediato; diminuição na oferta de alimentos, escassez dos reservatórios de água, elevação dos preços, fome, miserabilidade, dentre outros.

Na agricultura a falta de chuva prejudica no não desenvolvimento das sementes, na pecuária o atrofiamento do pasto promove a fome e morte dos animais. Esses prejuízos advindos das longas estiagens são notórios, impactando na vida do povo nordestino que ver de

perto a perda na sua lavoura e na pecuária como grande motivação para migrar de suas terras em busca de emprego.

Dentre os diversos fatores negativos gerados pelo reduzido e irregular regime de chuvas, as perdas ou frustrações da produção agrícola ocupam posição principal. Uma vez que a agricultura nordestina é composta em sua grande parte por pequenos produtores, proprietários ou arrendatários e trabalhadores assalariados que, grosso modo, produzem alimentos para a própria subsistência e pouco participam da economia de mercado, empregam técnicas rudimentares que não os capacitam a nenhum meio de defesa contra os efeitos da seca, a resultante de tudo isso é a incapacidade de formação de um excedente econômico, vez que sua renda real é instável e é baixa a produtividade do seu trabalho. (CAMPOS, KHAN, 1989, p. 12)

Os longos períodos de estiagem são responsáveis por promover um grande número de pessoas precisando de trabalho, aumentando ainda mais as desigualdades sociais. Para Campos, Khan, (1989, p. 12) “é a ampliação do excedente de mão de obra que passa a pressionar o número de empregos disponíveis, impulsionando para baixo a renda e os salários”.

Quando os efeitos da seca começam a serem sentidos pela população de forma mais perversa o sertanejo se vê entre a obrigação de escolher entre ir embora em busca de emprego em outra cidade visando a sobrevivência e uma melhoria de vida, ou se alistar nas frentes de trabalho propostas pelo governo, já que a população:

Quando consomem os derradeiros grãos de milho e feijão que havia armazenado da última safra e percebe que não há colheita, o sertanejo sem terra – e mesmo o pequeno arrendatário ou proprietário de uns hectares – sai de casa em busca de alimentação. Tem só duas opções: emigrar para outra região onde exista trabalho, ou alista-se nas frentes de trabalho de emergência que o governo sempre instala quando ocorre uma seca. (GARCIA, 1984. n. p)

A citação a cima nos permite compreender a existência de políticas públicas criadas com a finalidade de distribuir auxílio financeiro a população que sofria sob os efeitos da seca, essas “ajudas” se davam inicialmente através das frentes de trabalho, que eram obras idealizadas pelo governo com o objetivo de empregar o maior número de flagelado. Essa forma que o governo utilizou para dá suporte aos sertanejos mostra a pouca capacidade em resolver o problema da seca, já que o investimento em ações paliativas e frentes de trabalho não solucionavam de forma efetiva o sofrimento causado pela seca, apenas amenizavam até a próxima estiagem.

No Piauí a seca não se diferenciava do restante do nordeste, seus efeitos eram sentidos por toda parte. A perda da agricultura que era a principal atividade de subsistência gerava além de prejuízo econômico a fome.

A migração para terras que possibilitem uma vida melhor esteve presente na vida de parte dos nordestinos, motivada pelo sofrimento da seca e a esperança de trabalho nos grandes centros econômicos, muitos abandonaram suas terras e se lançaram ao destino. Esse processo

gerou preocupação por parte do governo nos períodos de estiagem prolongada, sendo um dos motivos para que o poder governamental pensasse em políticas de combate à seca, com o objetivo também de frear as migrações. Assim as frentes de trabalho eram utilizadas também para dá ocupação aos flagelados, diminuindo o abandono das terras.

Desta forma as frentes de trabalho tinham como objetivo diminuir a migração, sendo utilizadas muitas vezes para dá auxílio financeiro a população mais necessitada na qual era contratada em grande número de pessoas para trabalhar em obras de caráter aleatório sem planejamento efetivo e sem grandes necessidades, desenvolvendo o ideal de trabalho para que não fosse exposto que o governo estaria dando migalhas a população.

As frentes de trabalho de emergência, chamada simplesmente de emergência pelos sertanejos, vem sendo adotada desde o século passado, como uma forma de evitar que os flagelados morram de fome ou emigrem para cidades grandes. A pretexto de construir-se uma obra publica qualquer de engenharia, homens, mulheres e até crianças, são empregados com salários apenas o suficiente para que sobrevivam, embora desnutridos até 1979, a ideia inspiradora dessas frentes de trabalho não era a de que uma obra fosse efetivamente concluída, mas apenas de que as pessoas trabalhassem, para não parecer estivessem recebendo uma esmola do governo. (GARCIA, 1984. n. p)

Essa situação é modificada a partir de 1979, quando são repensadas as políticas de assistência contra a seca. Os programas buscariam agora atender aos proprietários de terras promovendo incentivo econômico através de empréstimos aos fazendeiros. Apesar da mudança o governo exigia que 50% do financiamento fosse gasto em mão de obra, restabelecendo a política de suporte aos trabalhadores. Essa mudança nas políticas públicas tinha como objetivo tornar as fazendas mais produtivas, melhorando a economia local, assim:

Com essa mudança de diretrizes, os fazendeiros do semiárido passaram a obter empréstimos a longo prazo, corri a obrigatoriedade de aplicarem um mínimo de 50% do financiamento com mão de obra. Em defesa da mudança, alegava o governo federal que, no método antigo, eram gastas vultuosas quantias sem benefícios para a região e seus habitantes, uma vez que as obras não tinham utilidade. Com a nova política, as fazendas se tornariam mais produtivas, beneficiadas com a construção de pequenos e médios açudes, cacimbões, poços tubulares, cercas etc. O novo método de assistência imaginava fortalecer economicamente as propriedades rurais e, como consequência, a economia da região. (GARCIA, 1984. n. p)

Essa mudança na forma de auxílio possibilita o entendimento que os principais beneficiados seriam os fazendeiros que ficariam com os benefícios em suas terras valorizando o imóvel. Porém é inegável que a obrigatoriedade imposta aos fazendeiros de utilizar a metade do financiamento com mão de obra possibilitaria que muitos dos flagelados fossem favorecidos com a oportunidade de trabalho.

Essa política de assistência voltada as propriedades rurais logo surgiram problema após os fazendeiros não terem condições para sustentar essa mão de obra. Em 1981 é estabelecido uma nova mudança na efetivação dessas obras emergenciais, na qual daria ênfase a obras hídricas que para o autor Carlos Garcia (1984) “os trabalhadores das frentes de emergência passaram a construir apenas obras hídricas - açudes, cacimbões, poços, cisternas, chafarizes – quase sempre em terras pertencentes a particulares, embora estes se comprometessem a permitir o uso público da água acumulada nas obras realizadas em suas propriedades.” (GARCIA, 1984, n. p)

Os efeitos da seca além de promoverem abalos econômicos e sociais são responsáveis por criar estereótipos de miséria, fome e pobreza a todas as regiões que sofrem com as consequências desse desastre climático. O Nordeste ao passar dos longos anos de estiagem passou a ser visto apenas por a relação de falta de água, como se toda a sua imensa faixa territorial fosse resumida ao um ambiente seco, esquecendo que essa região agrega diversas características climáticas, sociais e culturais. É através desta multiplicidade cultural, econômica, climática e social que o autor Carlos Garcia (1984) defende a utilização do termo “muitos Nordestes” para se tratar desta região.

Após o que foi exposto é possível compreender que o fenômeno da seca está presente na história do sertanejo e que as constantes estiagens promovem grande abalo na economia e na vida da sociedade. Diante deste cenário e de tudo que foi trabalhado até aqui é importante detalhar o que foi feito ao longo do tempo por parte do poder governamental para ajudar o sertanejo no enfrentamento da seca.

2.3 Polígono das secas

O nordeste brasileiro aos longos dos anos foi responsável por assumir um cenário de destaque em relação as constantes irregularidades nos períodos chuvosos. A demarcação destas áreas através do polígono das secas foi responsável por a utilização de ações federais a regiões consideradas como necessitadas. Desta forma para o autor Carlos Garcia:

O polígono foi criado por burocratas que, sobre o mapa do Nordeste, traçaram linhas imaginárias determinando que fora dos riscos feitos por eles não haveria seca. Assim, muitos fazendeiros chegaram a sofrer perda total dos rebanhos e lavouras pela falta de chuvas, sem que fosse socorridos pelo governo, porque não estavam na área das secas. Da mesma forma milhares de trabalhadores tiveram que se deslocar centenas de quilômetros para empregar-se em frentes de trabalho de emergência, porque os municípios onde moravam, estavam excluídos do polígono e, por decreto, ali não

poderia haver seca. Hoje, a evidência dos fatos já modificou esse absurdo. O estado de seca é determinado pela SUDENE após a observação feita por técnicos do órgão. (GARCIA, 1984. n. p)

A então denominação das regiões secas através do polígono foi durante alguns anos responsável por excluir do roteiro de ajudas governamentais algumas regiões que sofriam com o fenômeno climático, porém não estava incluído nessa denominação. Dessa forma, somente após a ampliação do campo de atuação destas áreas é que o poder governamental começou a dá suporte a essas localidades. Assim o desejo de incluir o Piauí na área do polígono das secas significava a esperança de investimentos na região, modificando a realidade e o sofrimento causado pela falta de chuvas.

Nesse sentido, a seca passa efetivamente a ser um fenômeno também piauiense. A luta e a conquista em incluir a região como parte do polígono da seca significava de um lado, a possibilidade de investimentos federais no Estado, como também de apropriação desses mesmos recursos para fins privados. (ALVARENGA, 2018, p. 02)

De acordo com Aguiar (1983) somente no ano de 1951 após a ampliação do campo de atuação é que o Piauí foi incluído no polígono das secas através da lei 1.348. Essa inclusão foi responsável por mostrar ao governo federal que a região necessitava de investimentos para o combate aos efeitos desse fenômeno.

A importância de o Piauí fazer parte dessa área denominada como polígono das secas é inicialmente pela relevância de que fosse reconhecida a necessidade de ajuda a população, que já vinha bastante fragilizada decorrente da falta de políticas públicas. O segundo ponto seria a esperança que através do apoio de ações governamentais as pessoas pudessem parar com os grandes números de migração, diminuindo a fome e criando estabilidade nas cidades.

A área de atuação frente ao polígono das secas aos poucos vai sofrendo alterações, com as constantes estiagens o governo se encontra na necessidade de expandir cada vez mais a sua área de atuação, no Piauí as secas dos anos 1980/81 tiveram grande importância para aumentar o espaço desse estado na área que se compreende ao polígono.

A seca ocorrida em 1980/81, uma fase de período de estiagem mais longo, pode resultar numa ampliação da área do polígono, pois avança para oeste, até Carolina, na margem do rio Tocantins, para o norte, chegando a Luís Correia no litoral piauiense do Atlântico, para leste, descendo ao brejo pernambucano em Gravatá, e para o sul, subindo o cerrado mineiro em Santa Cristália. (AGUIAR, 1983. p. 32)

Imagem 2: Polígono das secas: Área dos estados – Participação na área do polígono.

POLÍGONO DAS SECAS
Área dos Estados — Participação na Área do Polígono

Unidades da federação	Área total km ²	% da área do Estado incluída no Polígono	Área do Polígono km ²	% da área do Polígono
Piauí	250.934	82,50	207.019	22,09
Ceará	146.817	92,99	136.526	14,54
Rio Grande do Norte	53.015	90,60	48.031	5,13
Paraíba	56.372	97,78	55.119	5,88
Pernambuco	98.281	89,01	87.484	9,34
Alagoas	27.652	44,36	12.266	1,31
Sergipe	21.994	47,26	10.395	1,11
Bahia	559.951	57,19	320.211	34,17
Minas Gerais	582.986	9,84	57.328	6,12
TOTAL	1.797.602*	52,05	934.379	100,00

FONTE: *Anuário Estatístico do Brasil*, 1980, p. 58.
* Exclui-se a área de 2.614 km², em litígio entre os Estados do Piauí e Ceará.

Fonte: (AGUIAR, 1983, p. 32 apud Anuário Estatístico do Brasil, 1980, p. 58)

O histórico de secas e abalos econômicos fizeram com que existisse a necessidade de ações mais efetivas por parte do governo, desta forma um dos primeiros passos foi a criação de um órgão para gerir os recursos e efetivar as obras de desenvolvimento do nordeste, com o objetivo de tirar essa região do atraso em que se encontrava. Assim surge a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste mais conhecida como SUDENE.

De acordo com Aguiar (1983) no dia 28 de dezembro de 1945, a Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS), fora transformada em Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), através do decreto de lei nº 8.468, sua atuação seria supervisionada pela SUDENE após a sua criação em 1959.

Um dos principais papéis desempenhados pela SUDENE era o de gerir os recursos provindos do governo federal, dando prosseguimento às frentes de serviço que contavam com o apoio e a contribuição de demais instituições. O controle de todas as frentes de serviço ficou a cargo dos investimentos federais que eram administrados pela SUDENE, logo:

A liberação sistemática de recursos por parte do governo central, fator número um do sucesso obtido, permitiu à SUDENE o controle eficiente de todas as frentes de serviço, de tal modo que, pela primeira vez na história das secas, foi possível dispensar a figura do “fornecedor”, até então um mal necessário (GUERRA, 1914. p. 36)

A criação desses e outros órgãos foi responsável por efetivar o desejo de promover o desenvolvimento do Nordeste livrando dos grandes malefícios da seca, com valorização da

agricultura e o desenvolvimento de indústrias que pudessem promover renda salvando a região do atraso econômico em que se encontrava. Afim de alcançar tal objetivo ainda foram criadas instituições como o banco do nordeste, que seria responsável por atrair investimentos.

O DNOCS substituiu a IFOCS, e esta já havia substituído a IOCS. A criação desses órgãos tinha como principal objetivo desenvolver o Nordeste e compará-la ao Sul e ao Sudeste do país. Por esses fins, ocorreram a criação e o aperfeiçoamento de instituições como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CHESF), para integrar e promover a região pela valorização da agricultura, geração de energia e incentivo à industrialização, ao mesmo tempo com o intuito de servir como combate aos efeitos da seca. (CRUZ, 2017, p. 31)

Grande parte destas ações eram medidas paliativas, que o governo só se preocupava em colocar em ação mediante os anos de seca, sendo que a população se encontrava bastante fragilizada recorrente dos constantes períodos de estiagem. Desta forma uma das medidas desenvolvida foi dá continuidade as obras de emergência que tinha como abrangência as frentes de trabalho.

Os anos de 1979 a 1985 se destacaram por apresentar um período de baixa pluviosidade, e mais uma vez o poder governamental buscou atuar no combate aos efeitos da seca. As frentes de emergência se tornaram comum em todo o Nordeste, e no Piauí não foi diferente. Com o auxílio do 3º Batalhão de Engenharia e Construção foi possível ver a expansão das frentes de trabalho por muitas cidades piauienses.

O 3º BEC como é mais conhecido foi desmembrado de Natal/RN e realocado na cidade de Picos-PI que foi escolhida para sediar tal instituição devido a sua localização, sendo conhecida como o marco zero da rodovia transamazônica. O objetivo era o de desenvolver a região, melhorando os indicadores sociais e econômicos sendo responsável por promover mudanças significativas em todo o Piauí, desta forma:

A ideia era que a construção da Rodovia Transamazônica desenvolveria Picos e a região Nordeste. A pobreza no Piauí, na década de 70 do século passado, não foi uma singularidade da cidade de Picos. E ainda assim, a cidade serviu de base para que práticas discursivas e não discursivas a denominassem de local da pobreza. Por isso, recebeu em seus domínios a instalação do 3º Batalhão de Engenharia de Construção - Batalhão Visconde da Parnaíba (3º BEC); uma unidade do Campus Avançado, constituído por estudantes e professores da Universidade Federal de Goiás; e um Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano. Projetos que foram instalados na cidade, inspirados pelos discursos do governo federal da época, para que “melhorassem” os índices de desenvolvimento econômico e social da cidade, promovendo a integração nacional. (MOURA, 2014, p. 21)

Ao longo da sua efetivação na cidade de Picos o 3º BEC esteve presente no objetivo de contribuir para tirar as cidades do Piauí dos estereótipos de atraso vinculados a essas regiões. Importantes obras foram desenvolvidas como a exemplo da rodovia transamazônica que tinham um importante papel de encurtar a distância entre estados e municípios. O 3º Batalhão de Engenharia e Construção também desenvolveu grande contribuição no combate à seca através das frentes de trabalho que desempenhou em muitas cidades do Piauí e Ceará.

Desta forma é de grande importância entender que as ações que serão analisadas no segundo capítulo, como a exemplo das obras de emergência, das frentes de trabalho tiveram a sua origem pautada em um contexto no qual o Nordeste necessitava muito dessas ações. Para analisar essas medidas na cidade de Pío IX temos que inicialmente compreender que a população local estava sofrendo com a perda da lavoura, com a mortes dos animais e que naquela época fazer parte do polígono das secas era também estar pronto para receber ajuda para enfrentar as causas da seca, assim os anos de 1979 a 1983 foram de grande importância para chamar a atenção do governo federal para ações que pudessem solucionar os problemas da época.

3.0 AS FRENTES DE TRABALHO EMERGENCIAL EM PIO IX - PI

O segundo momento desse trabalho tem como base o entendimento do cotidiano das frentes de trabalho no município de Pio IX, compreendendo as principais ações desenvolvidas e o seu legado para auxiliar no combate aos efeitos da seca. Para analisar essas lacunas será necessário fazer uso das fontes documentais presentes no 3º BEC, bem como de entrevistas de pessoas que fizeram parte destas ações.

Será utilizado de forma prioritária a análise acerca da relevância dessas frentes de serviços para o município em questão, bem como o legado na vida das pessoas que vivenciaram esse período. Afim de entender a respeito destas ações será abordado a fala de quem vivenciou a realidade da época, sendo importante para proporcionar confrontos com as demais fontes. Os anos que compreendem o recorte temporal de 1979 a 1983 serão de grande importância para o entendimento de toda a problemática.

3.1 Os anos 1979 a 1983

Os anos de 1979 a 1983 foram escolhidos no recorte temporal para serem trabalhados devido a sua importância na história das grandes estiagens que estiveram sobre a região nordeste, bem como pela necessidade de compreender nuances presentes na história desse período acerca da seca e dos seus problemas. Será analisado como a população encarava as dificuldades provenientes dos baixos índices pluviométricos para compreender como esse período ficou marcado na memória de quem presenciou tamanha aflição. O período em questão é abordado até hoje por historiadores e pessoas que vivenciaram esse momento como uma das maiores estiagens já vistas.

Para se ter uma noção da gravidade de um ciclo de estiagem é necessário analisar a quantidade de pessoas que tem suas vidas modificadas devido as consequências desse período, compreendendo posteriormente de qual maneira elas foram prejudicadas. Nos anos de 1979 a 1983 temos um número muito alto de pessoas prejudicadas pela seca:

A quantidade de habitantes da zona rural atingidos pelas maiores secas que castigaram o semiárido nordestino na segunda metade do século mostra a dimensão do problema social criado por esse fenômeno natural: 6 milhões de pessoas em 1958; 5,5 milhões em 1970; 16 milhões em 1979-1983 e 12 milhões em 1993 (BRASIL, 1998, p 15 apud SOUSA, 2014, p. 21).

A seca que atingiu o Nordeste como um todo foi responsável por diminuir a oferta de alimentos, proporcionando um período de grandes dificuldades. De acordo com o autor Sousa (2014) o Piauí estava inserido nesta lógica, e os anos finais da década de 70 e os iniciais da

década de 80 apresentaram uma estiagem bem marcante sendo responsável por promover uma modificação na vida de milhares de pessoas em todo o estado, impossibilitando o desenvolvimento da produção agrícola que era a principal atividade de subsistência.

A perda da lavoura motivada pela escassez de água foi responsável por criar uma grande instabilidade econômica e social, já que a falta de alimentos provenientes de uma agricultura de subsistência tanto motivava a fome de quem produzia o alimento como a diminuição do mercado interno já que não existia excedente para a comercialização.

A agricultura de subsistência - fonte de trabalho e sustento de grande massa de pequenos produtores rurais com ou sem terra – é exatamente a mais afetada pela crise de produção representada pela seca, em alguns casos extrapolando seus efeitos danosos sobre a pecuária. Daí, as características de calamidade social por que passa o Nordeste em períodos intensivos de seca. (CAMPOS, KHAN, 1989, p. 11)

O historiador e contemporâneo Paulo Bezerra de Sousa (2014) em seu trabalho de monografia intitulado “Da necessidade, a força: cotidiano das frentes de trabalho Canabravenses no ano de 1983” aborda como o período de estiagem atingiu a sociedade e a economia do povoado Canabrava distante cerca de 38 km da cidade de Picos – PI. O autor relata a dificuldade que os pequenos produtores tiveram em produzir seus alimentos e aborda ainda os prejuízos econômicos:

Formada basicamente de pequenos agricultores, com produção voltada para as culturas de milho, arroz, feijão e mandioca, principalmente, a sociedade canabravense vivenciou a dificuldade de produzir alimentos, e também dificuldades na movimentação financeira, com o aumento no preço dos alimentos e a diminuição do poder de compra dos mesmos; conseqüentemente a estes fatores, houve um declínio nas relações de mercado econômico canabravense, principalmente no símbolo maior da atividade comercial da localidade: a feira livre canabravense, situada na região central da localidade, ao redor do Mercado Público Municipal João José Bezerra. A “feira de Canabrava”, assim chamada pelos canabravenses e pelos visitantes de toda a região, baseava-se sobre tudo na venda de produtos agrícolas, oriundos do excedente produzido em anos de “inverno bom”. (SOUSA, 2014, p. 19)

Essa realidade presente no povoado Canabrava não se diferenciava muito do que acontecia no município de Pio IX. A economia também estava prejudicada pois o cultivo já vinha sendo afetado pelo pouco índice de chuva. A população que vinha fragilizada em decorrência desse fenômeno climático ao ver as dificuldades aumentando via na migração uma oportunidade para mudar de vida, onde no imaginário destas idealizavam o seu destino como um lugar com boa qualidade de vida, emprego e alimentação, bem diferente da que encontrava em sua terra natal.

Nesse entendimento o senhor João Eneas Bezerra Filho relata que: “Foi muitas pessoa, foram embora dessa localidade, foram, iam trabalhar fora pra ver se tinha um meio de vida mais

fácil, né? Estudar que também meus irmão foram embora pra ver se tinha como estudar por que num tinha como estudar e trabalhar²”. (FILHO, 2021).

No intuito de fugir dos efeitos devastadores da seca, muitos piononense buscaram novas terras para morar, objetivando uma melhor qualidade de vida. De acordo com o entrevistado João Eneas Bezerra Filho muitas das pessoas que saiam de suas terras além de buscar oportunidades de trabalho também visavam condições melhores que lhe proporcionassem a oportunidade de estudar.

A citação a cima nos mostra que os efeitos maléficos de um período de estiagem são bem mais completos que as simples relações climáticas. A seca além de promover a falta de água e baixa oferta de alimentos, influencia também nas relações sociais, impossibilitando que grande parte das crianças possam estudar. Já que a seca de acordo com o Sr. João Eneas Bezerra Filho, proporcionou maiores dificuldades, gerando a necessidade de as crianças também terem que trabalhar.

Os grandes períodos de estiagem são responsáveis por criar uma série de dependências na população rural mais pobre, já que a sua fonte de renda se encontra prejudicada pelas poucas chuvas, o flagelado ver a necessidade de que o poder público trabalhe em medidas que possam reduzir os impactos da seca. Enquanto isso não acontece as pessoas veem as necessidades e a fome como justificativas para descontroles emocionais que de acordo com Sousa (2014) são responsáveis por furtos e mendicância.

Ressalta-se ainda que o fenômeno da seca apresenta além da falta de água, características singulares resultantes da necessidade social, tais como a migração de pessoas que moram em um determinado local, e veem a necessidade de sair do mesmo em busca da sobrevivência (retirantes); implica também a situação de descontrole emocional e a condição de mendicância de indivíduos, o que ocasiona os saques individuais ou coletivos às propriedades alheias. (SOUSA, 2014, p. 18)

A seca de 1979 a 1983 ganhou destaque devido à escassez de água e de alimentos fazendo com que fosse vista pelos prejuízos de grande proporção. A dificuldade da população de enfrentar os efeitos da seca escancarava a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas de combate a estiagem, assim: “frente à condição de necessidade de milhares de sertanejos em todo o Nordeste no ciclo da estiagem 1979-1984, o governo brasileiro manifestou-se mais uma vez de forma intervencionista, buscando amenizar os efeitos da estiagem na região”. (SOUSA, 2014, p. 17)

² Entrevista concedida a Erton de Alencar Antão de Carvalho no dia 23 de maio de 2021.

Com o objetivo de socorrer os mais afetados, o governo brasileiro buscou uma forma de auxílio bem utilizada para esses períodos de estiagem. As obras de emergência que eram utilizadas quando o sapato apertava, mais uma vez se fez presente como uma alternativa para diminuir o número de migrações.

As construções de açudes, barreiros e demais obras que pudessem promover o acúmulo de água foram responsáveis por criar uma demanda de mão de obra relativamente grande na qual grande parte dos flagelados poderia trabalhar. Para as pessoas que estavam enfrentando dificuldade financeira viam nas frentes de trabalho a esperança do salário como a única fonte de renda, que ajudariam no enfrentamento da fome e do combate a imigração.

Nos períodos de crises mais agudas, como nas secas de 1915, 1932, 1979 dentre outros contextos abordados pela literatura especializada, o Estado fundamentou a aplicação de políticas públicas, que se fizeram via Ministério da Viação e Obras Públicas através das frentes de serviços sob a alegação de gerar empregos para os pobres e controlar as migrações de nordestinos para as outras regiões. A construção de barragens foi um dos principais mecanismos utilizados pelo Estado no combate à seca no semiárido nordestino, disponibilizar água para as populações, lavouras e criações é o que o poder público vem tentando fazer desde o início da convivência com essa mazela social. (ROCHA, LEITE, 2020, p. 90)

No Piauí as frentes de trabalho foram uma realidade presenciada em grande parte do estado, a construção de açudes e barragens foi presente no enfrentamento da seca. Desta forma o autor LUZ (2013) aponta que somente na década de 1980 foram construídos 28 açudes no Piauí, destes, 05 na cidade de Pio IX.

Tabela 1 contendo o número de açudes/barragens construídas na década de 1980

Tabela 1. Açudes construídos no Piauí na década de 1980.

CIDADE/LOCAL	AÇUDE/BARRAGEM	DATA DA CONSTRUÇÃO
Bocaina	Bocaina	1981-1985
Jaicós	Campo Grande	1983
Jaicós	Craúnas	1983
Jaicós	Data	1983
Jaicós	Tirica	1981-1984
Monsenhor Hipólito	Aroiras	1983
Monsenhor Hipólito	Mandacaru	1983
Monsenhor Hipólito	Mearim	1983
Monsenhor Hipólito	Morrinhos	1983
Monsenhor Hipólito	Serra Velha	1983
Monsenhor Hipólito	Sítio	1983
Padre Marcos	Riacho do Padre	1983
Picos	Aparecida	1983
Picos	Angico Branco	1983
Picos	Fátima do Piauí	1983
Pio IX	Angicos	1983
Pio IX	Cadoi	1983
Pio IX	Massapé	1983
Pio IX	Pedra Branca	1983
Pio IX	Quixaba	1984-1985
São Julião	Alegrete	1983
Santana	Saco do Engano	1983
Santo Antônio de Lisboa	Sítio dos Linos	1983
Santo Antônio de Lisboa	Sítio Salvador	1983
Simões	Alecrim	1983
Simões	Alto Bonito	1983
Simões	Cabaceira	1983
Simões	Salgadinho	1983

Fonte: Dados obtidos em pesquisa realizada no acervo do 3º BEC.

Fonte: LUZ, 2013, p. 48

Na cidade Pio IX as obras emergenciais, bem como as frentes de trabalho foram bastante utilizadas como medida de enfrentamento da seca. As construções para a captação de água não se restringiram as citadas pelo autor Bruno dos Santos Luz (2013). Ao analisar algumas fichas de pagamento do pessoal que estava inscrito no programa de obras públicas presentes no arquivo do sindicato dos trabalhadores rurais de Pio IX e no 3º BEC, podemos ver que a dimensão das obras é bem maior, inclusive pela quantidade de açudes construídos no ano de 1983 na referida cidade.

De acordo com a documentação podemos compreender a dimensão das obras realizadas e a preocupação com a obtenção e acúmulo de água, ainda é possível nos deparar com construções de açudes nas comunidades de São Bento, Cruz das Almas, Caiçara, Boa Vista, Massapê e tantos outros, além da construção de barragens como a exemplo da barragem de Itans e a construção de diversos Barreiros e cacimbões.

A idealização de construções que visavam o acúmulo de água das chuvas como a exemplo dos açudes e barreiros, juntamente com as obras de cacimbões que buscava a obtenção de água de forma imediata, mostra que a realidade da época está marcada pelos efeitos maléficos da seca, onde a população local se viu diante de uma necessidade muito grande de conseguir água até mesmo para as ações básicas do dia a dia como para o consumo, para lavar roupa, cozinhar e etc.

A documentação presente 3º BEC e no sindicato dos trabalhadores rurais é de grande importância para poder confrontar fontes como a exemplo do trabalho de monografia do historiador Bruno do Santos Luz (2013), na qual nos mostra um número inferior nas obras de construção de açudes idealizadas na década de 1980 na cidade de Pio IX.

As fichas de pagamento do pessoal que trabalhou nas obras de emergência são importantes tanto para propor um conflito com as demais fontes como também para nos mostrar uma dimensão bem mais exata dos investimentos feitos pelo governo no intuito de combater os efeitos da seca.

É fato que a seca do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 ganharam grande repercussão, tanto por a gravidade de seus efeitos, como pelo destaque das frentes emergenciais, já que se pensar no Piauí temos grande parte dos municípios incluídos nesse tipo de programa governamental. O autor Paulo Bezerra de Sousa (2014) analisou a problemática da seca de 1983

sob o olhar da imprensa Piauiense e destacou que as manchetes do jornal “O Dia” são responsáveis por mostrar a estiagem presente em quase todo o estado. Assim a imprensa da época é abordada: “o modo como a seca é encarada pelas autoridades competentes, perpetua-se de forma atrasada, e sem perspectiva de desenvolver-se em torno de medidas eficazes”. (SOUSA, 2014, p 26)

Na perspectiva de quem vivenciou os anos de seca é abordado a dificuldade de sobrevivência, a luta contra a falta de água se tornava rotina, fazendo com que o desenvolvimento de atividades como a pecuária ficassem impossível de acontecer. O senhor João Eneas Bezerra Filho aborda sua lembrança a respeito do período:

Lembro que era uma seca muito grande a seca, num tinha inverno era tudo dificultoso, para tudo. Até pro criatório era difícil que num ficava o pasto, num ficava a água. A luta era muito perigosa pra vencer essa batalha, esses anos de seca. A fonte de renda era o algodão, tinha o algodão, plantava milho feijão e criava umas ovelhazinha. A seca atrapalhou naquele período que morreu muita criação de fome, num tinha como escapar os animal, o que atrapalhou foi isso aí, a falta dagua e pasto faltou muito no período. (FILHO, 2021)

Desta forma a seca que tem início no ano de 1979 se caracteriza por atribuir contornos dramáticos, tornando a população que sobrevive das atividades agrícolas cada vez mais frágil e vulnerável. As ações desenvolvidas pelo governo como suporte tiveram a sua relevância para a época, e mesmo muitas vezes sendo vistas como ações paliativas contribuíram no enfrentamento da fome e da imigração do período em questão. Assim buscaremos analisar quais os efeitos das frentes de trabalho, e sua importância para o contexto da época. A memória de quem vivenciou o ambiente de trabalho das emergências são importantes para se compreender como a população enxergava essa ajuda governamental, bem como para se compreender como era o ambiente de trabalho e qual o legado deixado por as emergências.

3.2 O perfil dos entrevistados

As fontes orais foram de grande importância para o desenvolvimento desse trabalho, visto que, analisar a seca a partir das vivências dos flagelados é de grande relevância para entender as medidas governamentais da época. Logo a partir das entrevistas será possível destacar o cotidiano de trabalho, a necessidade daquelas obras e até mesmo como a população que participava das emergências viam estas.

Através de entrevistas com pessoas que participaram ativamente das frentes de serviço, será buscado compreender como o período de 1979 a 1983 ficou marcado na memória de quem

presenciou esses anos de seca. Desta forma, será possível analisar como as obras de emergências atuaram no combate as estiagens e o seu legado para a vida dos flagelados. É de grande importância analisar o perfil de cada entrevistado.

O primeiro entrevistado foi o senhor João Eneas Bezerra filho, tem 52 anos, é natural de Pio IX, mora na zona rural em uma comunidade denominada de Itans e exerce a profissão de agricultor. O mesmo relatou que iniciou o trabalho em meio as emergências no ano de 1981 com apenas 13 anos de idade. O seu primeiro alistamento foi na construção de uma barragem na comunidade Itans onde ele mora atualmente.

A segunda entrevista foi realizada com a senhora Antônia Carmosa da Silva do Nascimento³, natural de Pio IX, é viúva e tem 77 anos de idade. Exerceu funções nas frentes de emergência executando trabalho pesado⁴ em meio as obras. Ocupou-se na construção da barragem localizada na zona urbana da cidade e posteriormente com o termino da construção da barragem foi realocada para a localidade Baixa do Arroz, onde a mesma desempenhou a sua função na construção da parede do açude. De acordo com a entrevistada os anos de 1979 a 1983 foi um período de grande dificuldade. “Era tempo veio desmantelado, num chovia nada não, o tempo era ruim”.

O senhor Antônio Edilson do Nascimento⁵ foi a terceira pessoa entrevistada. Morador da rua João Firmino, centro, Pio IX - PI. Ele é trabalhador rural, tem 55 anos e é casado. O mesmo trabalhou nas obras de emergência nos anos de 1976, 1979, 1982 e 1983, passando por diversos serviços como os de recuperação de estradas vicinais e construção de açudes em algumas localidades:

Em 76 a gente se alistou trabalhando nessa estrada aqui do gato, a gente trabalhava reformando a estrada. Carrim de mão, pá, picareta ajeitando a rodagem. 79 a gente trabalhou nessa estrada aqui de fronteiras. A primeira barraca que a gente fez foi aqui na maravilha, ai ajeitamo um trecho aqui, ai saltamo e fomos lá pra ladeira dos mamão, todo mundo trabalhando na estrada, reformando a estrada. Em 82, 83 a gente trabalhou em construção de açude, a gente trabalhou em açude aqui do angico, do angico fomos pra oiticica, da oiticica fomos para pedra branca, quando terminou a emergência a gente já tava lá na Veneza. (NASCIMENTO, 2021)

³ Entrevista concedida a Erton de Alencar Antão de Carvalho no dia 26 de maio de 2021.

⁴ O significado de trabalho pesado de acordo com o contexto desta pesquisa está relacionado com o uso de força física para a realização dos afazeres.

⁵ Entrevista concedida a Erton de Alencar Antão de Carvalho no dia 26 de maio de 2021.

Entendendo que cada entrevistado tem lembranças a partir das suas vivências, nos permite perceber que o mesmo período pode ser visto de forma diferente por cada pessoa. Assim cabe analisar as informações promovendo conflito com as fontes a fim de construir um trabalho com veracidade e respeito as fontes.

A partir das entrevistas das pessoas citadas a cima, será buscado a compreensão destes indivíduos em meio a realidade da época, analisando a percepção de momentos que marcaram a vida destas pessoas, bem como nos apropriando das suas lembranças para analisar momentos marcantes das frentes de serviço no município de Pio IX – PI.

3.3 A “emergência” de ações contra seca

De acordo com o censo demográfico do IBGE (1980) no município de Pio IX foram cadastradas 19.820 pessoas residindo nesse território, destas 17.346 se encontravam na zona rural e apenas 2.474 na zona urbana. Esses dados são de grande importância para compreender como a população do município era prejudicada pelas ações da seca.

Desta forma é possível analisar que a maioria da população do município residia na zona rural, tendo na agricultura e na pecuária a fontes de renda para manter as despesas da família. No ano de 1980 o censo agropecuário foi responsável por analisar a distribuição das áreas de terras por hectares revelando que uma grande quantidade de pessoas se ocupava em atividades agropecuárias.

Tabela 2 contendo a distribuição de terras a partir de estabelecimentos agropecuários no município de Pio IX no ano de 1980.

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS			
	Número		Área	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluta (ha)	Relativa (%)
TOTAL.....	5 068	100,0	184 196	100,0
Menos de 10.....	3 270	64,5	9 093	4,9
De 10 a menos de 100.....	1 455	28,7	47 301	25,7
De 100 a menos de 1 000.....	337	6,7	74 089	40,2
De 1 000 a menos de 10 000...	4	0,1	14 133	7,7
De 10.000 e mais.....	2	0,0	39 580	21,5

Fonte: Censo agropecuário do município de Pio IX – 1980.

De acordo com o gráfico podemos perceber que cerca de 64.5% da área total dos estabelecimentos agropecuários⁶ pesquisados tinham menos de 10 hectares, essa informação é de grande importância para o entendimento de que no recorte temporal pesquisado a maioria da população do município de Pio IX vivia sobre a influência da agricultura familiar, tendo sua produção voltada para a subsistência.

A seca se destacava por contornos dramáticos, a população do campo em específico eram os mais prejudicados, a agricultura de subsistência não havia proporcionado naqueles anos nem um tipo de excedente. A vida dos flagelados requeria uma melhor atenção do poder público e as ações voltadas para o combate à seca refletia no meio social. As emergências como eram chamadas as ações do governo, caracterizavam bem essa necessidade que a população tinha por políticas públicas que pudessem reduzir a fome e os altos índices de migração.

A política adotada em período de seca, chamada política de emergência, é um programa governamental implantado para amenizar ou eliminar conflitos sociais inevitáveis que explodem quando parte da população tem seu nível de subsistência comprometido. Essa política tem como objetivo atender a população que se encontra em reconhecido estado de calamidade pública, sobretudo no que se refere ao abastecimento d'água e geração de renda. Tal política é estabelecida a partir de pressões da população que tem seu suporte alimentar afetado. (FISCHER, ALBUQUERQUE, 2002, p. 03)

De acordo com a citação acima podemos compreender que as obras de emergência na visão das autoras Fischer e Albuquerque (2002) são ações desenvolvidas pelo poder

⁶ De acordo com o IBGE, estabelecimento agropecuário é toda unidade de produção e exploração dedicada total ou parcialmente as atividades agropecuárias.

governamental não com o intuito de solucionar os problemas da população, mais sim de acalmar o sentimento de revolta imposta por uma sociedade que se encontra em dificuldades.

Na década de 1970 o governo federal propôs uma nova forma de ajudar as pessoas que estavam enfrentando dificuldades com a estiagem. O chamado projeto sertanejo promovia empréstimos para as fazendas que se adequassem as necessidades do projeto, através deste era objetivado que os donos das fazendas após o financiamento fizessem obras de infraestrutura nas terras como a exemplo de construção de residências, armazéns, currais e etc.

O projeto sertanejo localizou nas cidades escolhidas uma equipe técnica de certo porte e passou a fazer projetos para as propriedades consideradas viáveis – de 20 a 50 ha -, a fim de que seus titulares obtivessem empréstimos nos bancos oficiais e desenvolvessem obras de infra-estrutura – construção de residências, de armazéns, de currais, de açudes, de estradas vicinais e etc. – e melhorassem o padrão de suas culturas e dos seus rebanhos. O projeto sertanejo visava assim consolidar as estruturas sociais existentes, fortalecendo-as, esquecendo aqueles produtores – a grande maioria – que não possuíam terra ou que a possuíam em quantidades insuficientes. Além disso, as verbas a ele destinadas não foram suficientes para a manutenção do corpo técnico e para a assistência aos produtores. Daí o seu fracasso. (ANDRADE, 1986, p. 128)

Como mostra a citação acima o projeto sertanejo foi responsável por excluir destes financiamentos grande parte das pessoas que foram prejudicados pelas secas porem não se adequavam ao programa. Essa ação do governo federal foi responsável também por o endividamento de grande parte dos proprietários que conseguiram esse financiamento, tendo em vista que muitas das obras que eram financiadas eram importantes para o proprietário, porém não gerava retorno financeiro. Assim as ações desenvolvidas não surtiam o efeito de que a população necessitava, que era o de auxílio a todos que estavam enfrentando problemas mediante a seca.

As ações governamentais idealizadas com o intuito de combater aos efeitos das secas de 1979 a 1983 se mostraram mais uma vez como ferramentas de caráter paliativo. Com a chegada deste ciclo de estiagem a população do campo perde a sua lavoura, e via a necessidade cada vez maior de serem amparados pelo poder governamental, onde cada vez mais se tornavam dependentes, pois o pacote de medidas desenvolvidas pelo poder público em outros períodos de estiagem não fora possível de fortalecer a população para futuras secas. Assim a estiagem de 1979 a 1983 surge com problemas semelhantes a de períodos anteriores.

Nessa perspectiva existe a necessidade de o sertanejo aprender a conviver com os anos de estiagem, criando formas para diminuir os efeitos maléficos deste período. De acordo com o escritor piononense José de Alencar Bezerra⁷ (1983) em seu poema intitulado “combate a

⁷ José de Alencar Bezerra é piononense, autor do livro “Memórias”, do ano de 1983.

seca” é possível compreender a necessidade que a população tinha de desenvolver a consciência das irregularidades das chuvas para que pudessem se preparar a partir de anos de bons invernos para os possíveis anos de seca:

Côro

Olé meu povo amigo!

Olá o meu sertão!

P`ra viver na terra seca

Sá havendo prevenção.

I

Meu paió está cheinho

De milho, arroz e feijão,

Mandioca, manipeba

Tenho no capoeirão.

Já plantei capim de corte,

Tenho rama de algodão.

II

Meu tendal de rapadura

Faz ate gosto de se vê,

No caixão tenho farinha

P`ra meu gasto e p`ra vender,

Lá na roça, palma santa

Dou p`ra meu gado comer.

III

Até debaixo da terra

Eu já fiz um paredão,

P`ra tomar um lençol d`água,

Refrescar a plantação

Mandei construir açude,

P`ra dar água à criação.

IV

Já mandei comprar arado

O meu campo eu vou arar,

Fecho os canais capilares,
 Não deixo a terra secar
 Umburana e aroeira
 Lá na mata vou plantar
 (BEZERRA, 1983, p.107, 108)

De acordo com o poema acima é possível observar a necessidade que a população tinha de se preparar para os anos de seca. Assim fica claro que a recorrência destes períodos de irregularidade de chuvas era uma realidade presente que marcava a vida deste povo. O autor ainda aborda a possibilidade de o sertanejo conviver com a terra seca, existindo a necessidade de se buscar a prevenção para amenizar os efeitos maléficos das estiagens.

A forma de prevenção mencionada pelo o autor se relaciona com a necessidade do sertanejo de estocar alimentos de períodos chuvosos visando o enfrentamento das possíveis estiagens. Outro ponto mencionado é com relação ao acúmulo de água, no qual as construções hídricas eram importantes para armazenar água para o rebanho.

Essa preparação para os anos de seca remete também a necessidade não só das ações do sertanejo, mais também das ações governamentais. É possível compreender que as formas de auxílio realizadas pelo governo não tinham esse pensamento de prevenir a população para os anos de estiagem, na grande maioria das vezes o socorro aos flagelados só acontecia mediante um cenário de revolta popular.

A necessidade de conviver com a seca era tão grande que a população se reinventava a cada novo ciclo de estiagem. Sabendo a importância de guardar alimentos para os períodos que não houvessem safra, o sertanejo buscava viver uma vida regrada tendo a consciência do que poderia ser gasto e do que deveria ser estocado.

MERCADOZEIRO

I

Eu sou lá de Pio IX
 Gente, eu sou mercadozeiro,
 Consegui vencer a seca
 No nordeste brasileiro.

Côro

Mercadozeiro, mercadozeiro!

Com trabalho e com poupança

Você junta seu dinheiro.

II

Guardo água e alimento

P`ra família e criação,

Com 3 anos sem inverno

Eu não me aperto não.

III

Vendo e gasto o que está velho

Sevo, frango e leitão,

Vou guardando a nova safra,

É a minha prevenção.

IV

Sem auxílio da ciência

Conseguí sobreviver;

Se o progresso me ajudar

Muito mais hei de fazer.

(BEZERRA, 1983, p.105)

E perceptível que na visão do autor a seca se mostra como um problema econômico, mais também social. A existência de um planejamento para enfrentar os anos de seca é colocado como uma das soluções para vencer o período de estiagem, cabendo a cada indivíduo a necessidade de desenvolver a consciência a respeito desta solução.

A seca é superada de acordo com a citação sem o auxílio do poder público, ao abordar que conseguiu vencer os anos de seca sem ajuda da ciência o autor constrói uma crítica a respeito da falta de assistência do poder governamental, que se estivesse proporcionando ações efetivas de combate seca a população não tinha tantos problemas devido a irregularidade do período chuvoso.

Frente a estiagem dos anos de 1979 a 1983 foi desenvolvido pelo o poder público uma forma de combate à seca bem utilizada em outros momentos. Através da construção de açudes de pequeno e médio porte para o acúmulo de água o poder governamental objetivava a redução dos prejuízos advindos da irregularidade das chuvas. Essa prática que ficou conhecida como

“açudagem” proporcionou que o Nordeste e especificamente o Piauí fossem contemplados com essas benfeitorias.

O intuito da pratica de açudagem como mecanismo de combate à seca era o distribuir a construção de açudes por diversas regiões, assim após o término das obras em cada localidade contemplada haveria um reservatório para o acúmulo de água. Essa afirmativa só poderia ser confirmada após um período de bom inverno para que pudesse encher esses reservatórios. Assim mesmo após a conclusão das obras dos açudes a população ainda não estaria salva dos grandes transtornos causados pela seca, já que em um novo período de estiagem esses açudes de pequeno e médio porte poderiam não receber a quantidade de chuva necessária para armazenar água para a demanda da população, sendo que para enchê-los necessitava de chuvas regulares.

Para Andrade (1986) quando o período estiagem se prolonga existe uma catástrofe. De acordo com o autor um dos principais problemas de um período de poucas chuvas é justamente a escassez de água, já que os açudes de pequeno e médio porte tendem a secar por completo.

Essas obras de açudagem serviriam bem mais para um período de bom inverno do que propriamente para períodos secos. Frente a estiagem de 1979 a 1983 as ações mais importantes para o combate à seca deste período seria propriamente as frentes de trabalho. As obras de açudagem foram responsáveis por criar uma grande necessidade de mão de obra para a idealização destas benfeitorias e com estas as frentes de trabalho eram responsáveis por empregar os flagelados, evitando desordem social e a imigração. Desta forma para Andrade (1986, p. 127) “a vantagem dessa política é que dava trabalho aos sertanejos na própria área seca, evitando que eles se deslocassem para o litoral e congestionassem as grandes cidades, ameaçando-as de saques, de doenças e de dificuldades de abastecimento”.

Nessa perspectiva é possível compreender a importância das frentes de trabalho como ferramenta de auxílio financeiro, sendo que as medidas governamentais não preparavam a sociedade para novas estiagens, mas sim contribuía com as frentes de trabalho gerando uma fonte de renda para quem trabalhasse nas emergências, logo aquela forma de auxilio contribuía para diminuir os efeitos da seca em questão, porém com as futuras estiagens existia a necessidade de novas medidas.

A crítica se baseia através dessa forma que o governo buscou para ajudar, sendo que as ações se davam em caráter paliativo, existindo a necessidade de a população ter que conviver com as constantes secas, haja visto que a maioria das construções era para acúmulo de água,

então como acumular água para encher açudes e barreiros se o período era de irregularidade pluviométrica. As ações governamentais além de promover benefício financeiro para ajudar no enfrentamento da estiagem daquele momento deveria propor ações que preparassem a população para conviver com a secas.

O senhor Antônio Edilson do Nascimento que trabalhou nas obras emergenciais defende que essa forma que o poder público buscou de promover ajuda através das frentes de emergência seria com o objetivo de dá emprego a população necessitada, e as obras em si não teriam tanta necessidade. “Estiagem. Anos de poucas chuvas, pouca safra, pouca água. E ai o governo mandava as frentes de serviço para os pais de família trabalhar pra sustentar a família. Num era nem a necessidade da obra era, era sustentar o pessoal que tava com necessidade”. (NASCIMENTO, 2021)

Desta forma as emergências se destacavam através das frentes de trabalho, nas quais a população teve a oportunidade de trabalhar para poder ganhar um pouco de dinheiro e ajudar a amenizar os prejuízos causados pela pouca quantidade de chuvas. Nesse sentido Sousa (2014) reconhece que as frentes de trabalho se constituem através do alistamento de um grande número de pessoas para realizarem trabalhos braçais:

As frentes de trabalho constituem-se a partir do cadastramento de inúmeras pessoas para realizar atividades (normalmente trabalhos braçais) em suas localidades, ou em outras, e que tais atividades seriam remuneradas pelo governo brasileiro; além disso, haveria a doação de cestas básicas de alimentos, dentre outros benefícios. (SOUSA, 2014, p. 36)

Um elemento importante de ser destacado da citação a cima está relacionado com o pagamento recebido por cada trabalhador, além de uma remuneração em dinheiro o governo brasileiro também disponibilizava a doação de cestas básicas de alimentos. Essa doação de alimentos é bastante abordada por os entrevistados, nos quais atribuía a essas ações muita importância para período em questão. Em conformidade a senhora Antônia Carmosa relata que: “A gente dava graças a Deus quando chegava aquele feijão veio, quando chegava o carro e encostava e dava aquele feijão feio preto, aquele arroz vei preto, num era arroz branco não”. (NASCIMENTO, Antônia, 2021)

De acordo com a entrevistada é possível perceber que o período em questão era de grandes dificuldades, e as cestas básicas tinham um papel relevante para a população da época. Ainda de acordo com a citação é possível perceber que a alimentação que era doada não era dá

melhor qualidade e nem com grande variedade de gêneros alimentícios, mesmo assim exercia um papel positivo para quem necessitava.

Com relação as emergências, é possível compreender que o grande número de pessoas trabalhando nas obras era responsável por promover a circulação de dinheiro na cidade, já que esses trabalhadores além das cestas básicas recebiam uma quantia em dinheiro que era capaz de mantê-los sem a necessidade de migrar de suas cidades. Com relação ao pagamento por seus trabalhos é destacado que: “Na época eu mim lembra que a gente recebia 15 cruzeiro. Feijão, arroz, muitas vez o arroz vinha com a palha, minha mãe tinha que pisar pra tirar aquela palha do arroz e farinha e fubá de milho”. (FILHO, 2021)

As atividades em meio as frentes de trabalho variavam entre as construções de obras hídricas como a construção de açudes, barreiros e cacimbões e a manutenção de estradas, e limpeza de barragens. Essas obras permitiam criar mesmo que de forma momentânea uma certa estabilidade financeira nos trabalhadores, que enquanto durassem as emergências estavam amparados pelos seus salários.

O ano de 1983 foi o período de maior calamidade relatado pelos entrevistados, se caracterizando como o ano de maior seca do período 1979/83. Nesse momento as obras de emergência se voltaram para a idealização da prática de açudagem, que de acordo com a documentação do 3º BEC todos os açudes foram datados nesse ano. As obras eram realizadas em propriedades privadas, porém para garantir a execução da obra em suas terras o proprietário teria por obrigação averbar junto ao cartório uma escritura pública de constituição de servidão e utilização, documento no qual torna pública a utilização da água acumulada nesses reservatórios feitos a partir das emergências.

Todas as obras de construção de açudes idealizada pelo 3º BEC foram desenvolvidas a partir desta lógica. As propriedades privadas a partir das benfeitorias idealizadas pelas frentes de serviços tiveram uma grande valorização, tendo em vista a importância da obra para o processo de valorização do imóvel. Outras obras bastantes realizadas, principalmente no ano de 1983 foram as construções de cacimbões, que também eram realizadas nas propriedades privadas, sem que houvesse nenhuma exigência com relação ao uso público da água.

Imagem 3: Folha de pagamento do pessoal inscrito no programa de obras públicas.

FOLHA DE PAGAMENTO DO PESSOAL INSCRITO NO PROGRAMA DE OBRAS PÚBLICAS					
Município	PIO IX	Obra:	CACIMBÕES	Turma N.º	1B
REG. N.º	NOME	N.º de Diários	Valor a Pagar	Rubrica Pagador	
TRANSPORTE			6.419,880,00		
5430	JOSÉ ANTONIO GOMES	30	15.300,00		
2090	FRANCISCO PAULO DE SOUSA	30	15.300,00		
4295	ANTONIO JOSÉ DE SOUSA	28	14.280,00		
3132	CERIDÃO VIANA DE SOUSA	30	15.300,00		
1781	FRANCISCO DAS CHAGAS DE CARVALHO	30	15.300,00		
1062	FRANCISCO ROSENDO DA SILVA	30	15.300,00		
5372	FRANCISCO ROSENDO FILHO	30	15.300,00		
1144	PEDRO JOÃO DA SILVA	30	15.300,00		
5373	JUVENALDO FRANCISCO DA SILVA	30	15.300,00		
5981	GERALDO MIGUEL DE ARAUJO	30	15.300,00		
4878	JOSÉ AIRTON DA ROCHA	30	15.300,00		
4335	ELIAS PEREIRA DA SILVA	30	15.300,00		
5977	JÚLIO ARRATS MATA	30	15.300,00		
5978	NICOLAU PEREIRA DE SALES	30	15.300,00		
5973	GERALDO MANOEL DO NASCIMENTO	30	15.300,00		
5974	JOÃO DO MONTE ARRATS	30	15.300,00		
5975	FRANCISCO ANTONIO DE AMORIM	30	15.300,00		
5976	ANTONIO ALVES DE AMORIM	30	15.300,00		
5980	FRANCISCO MATA ARRATS	30	15.300,00		
5979	ANTONIO VALDECI ARRATS	30	15.300,00		
481	ANTONIO CIRILO DE ALENCAR	30	15.300,00		
487	FRANCISCO DAS CHAGAS ARRATS	30	15.300,00		
5971	MARCELIANO PEREIRA DA SILVA	30	15.300,00		
5972	JÚLIO MANOEL DA SILVA	30	15.300,00		
4847	VALÉRIO PEREIRA DA SILVA	30	15.300,00		
SOMA A TRANSPORTAR			6.801.360,00		

DECLARO que Aceitei o Pagamento desta Turma

DECLARO que Efetuei o Pagamento

Fonte: Acervo do 3º BEC

É possível compreender a dimensão das obras na imagem a cima. O documento se trata de uma folha de pagamento do pessoal inscrito no programa de obras públicas alocados em obras de cacimbões. Os trabalhadores se dividiam por turmas de trabalho e recebiam salários iguais no valor de quinze mil e trezentos cruzeiros referente a trinta dias de trabalho.

No município de Pio IX no ano de 1983 foram realizadas diversas obras para captação e acúmulo de água. Em relação as obras de açudagem foram construídas açudes nas comunidades de Alto Belo, Angico, Areia Branca, Baixa do Arroz, Balanças, Baraúnas, BX olho d'água, Boa Vista, Cadoi, Caiçara, Cajazeiras, Cangas, Chapadinha, Coivaras, Cruz das Almas, Deserto, Dois Riachos, Escondido, Lagoa do Saco, Massapê, Oiticica, Pedra Branca, Pitombeira, Poço do Couro, Quixaba, Riacho dos Bois, Saburá, São Bento, Wanderleia e Alagoinhas. Também foram construídos nesse mesmo ano barragens nas comunidades Baraúna Seca, Barra, Cova Donga, Guanabara, Itans, Pio IX, Queimadas, Santa Cruz, Amarelo Ferrado I e II, Aparecida, Canidê, Lapinha, Morro do Cauã e na comunidade Retiro. Por fim foram

desenvolvidas obras de barreiros nas comunidades Serra Velha, Tamanduá e Travessão além de diversas obras de cacimbões.

A documentação presente em anexo é importante para perceber que os trabalhadores eram transferidos de uma obra para a outra de acordo com a necessidade. Nas fichas de frequência disponibilizadas pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Pio IX podemos perceber que raramente são registradas faltas, expondo o comprometimento por parte dos trabalhadores. Essa assiduidade mostra também importância das emergências e dos salários que eram pagos.

Todas as construções desenvolvidas através das obras de emergência tiveram como mão de obra as frentes de trabalho, que contavam com um grande número de pessoas. As obras eram realizadas a partir de trabalhos manuais e conseqüentemente exigiam grande esforço físico.

Questionado a respeito de quais atividades eram desenvolvidas no ambiente das emergências, o senhor João Eneas destaca: “Rapaz eu fazia de tudo, eu fazia traço de cal e cimento, ajudava a quebrar pedra, carregava pedra, a lenha pra queimar a caiera de cal, nois também cortava a lenha, levava pedra pra caiera de cal, tudo a gente participava do serviço”. (FILHO, 2021)

Corroborando, Antônio Edilson afirma que os trabalhos eram sempre pesados e que exigiam muito esforço físico. Havia a divisão do trabalho, porém não era fixo, existindo a possibilidade de mudar de função. “Era dividido, um cavava a terra, o outro enchia o carrim e outro empurrava, outro espalhava a terra de enxada, outro batia de maio, cada qual tinha sua função, né? Sempre trabalho pesado”. (NASCIMENTO, 2021)

A jornada de trabalho nas emergências era de 8 horas por dia, porém a maioria dos trabalhadores tinham que conciliar os seus afazeres com as frentes de trabalho, tornando assim a sua rotina bem mais exaustiva. Com a seca a vida no campo ficava mais difícil, os poucos animais que sobraram requeriam mais cuidados. Havia a necessidade por exemplo de buscar água para o consumo em longas distâncias, preparar mandacaru para os animais e cuidar das terras para serem plantadas assim que chuva chegasse.

As obras de emergência no município de Pio IX foram responsáveis por adequar uma grande mão de obra fazendo com que o trabalho de homens, mulheres e adolescentes fossem importantes para o desenvolvimento destas ações. Nesta perspectiva é importante destacar que mesmo exigindo um grande esforço físico para a idealização das obras a presença das mulheres e adolescentes são marcantes.

As mulheres se tornaram presença confirmada em meio as frentes de trabalho, no município de Pio IX, o trabalho feminino foi responsável por grande parte dos serviços. Atuando no dia a dia das construções, as mulheres estavam inseridas em longas jornadas de trabalho, exercendo o trabalho pesado e contribuindo para avanço das obras.

De acordo com o senhor João Eneas as mulheres em meio as obras de emergência tinham papéis semelhantes aos dos homens, de acordo com o entrevistado a mão de obra feminina exigia esforço físico, tendo que quebrarem pedras, tirarem lenha, carregarem carrinhos de terra e etc. “Utilizava função igual a nois, quebrava pedra, tirava lenha, carregava carrim de arreja até o traço. A quantidade de homem era maior, mais era muita mulher pra trabalhar”. (FILHO, 2021)

A senhora Antônia Carmosa fala a respeito da sua função na qual trabalhou carregando carrinhos de terra. Aborda ainda a existência de muitas mulheres no ambiente das emergências. Ela diz que existia uma relação boa com os homens havendo até mesmo um trabalho em equipe, onde os homens cavavam a terra e as mulheres carregavam para fora das obras.

Trabalhava ai, limpando a barragem, carregando as terras jogando pra um lado. Quando a gente terminou de trabalhar aqui a gente foi lá para a baixa do arroz, trabalhar lá num açudezim que tem lá na baixa do arroz, fazendo uma parede, cavando terra, os homem cavava a terra e nois carregava os carrim, um horror de mulher carregando os carrim. (NASCIMENTO, Antônia, 2021)

Através da entrevistada é possível compreender que no ambiente de trabalho das emergências a mulher aparece como protagonista de todo o processo, sendo responsável por atuar em trabalhos com grande exigência física. Contudo, em determinadas obras, a figura feminina tinha a sua força renegada, recorrendo hábitos que discriminavam a atuação das mesmas nos trabalhos braçais.

Ao analisar o papel da mulher na agricultura familiar a autora Ligia Albuquerque de Melo (2003) defende que o não reconhecimento do trabalho da mulher na produção agrícola é responsável por refletir as desigualdades de gênero. Essas desigualdades podem ser vistas através da divisão do trabalho que muitas vezes são responsáveis por adequar espaço destinado ao “lugar da mulher” e o “local dos homens”

O não reconhecimento do trabalho da mulher na produção agrícola familiar reflete as desigualdades de gênero. O ignorar e negar a condição da mulher como produtora agrícola é internalizado não só por ela, mais pela família por um todo, permeando ainda outros espaços públicos do campo, como o sindicato de trabalhadores e associações rurais e indo mais além: quando não é reconhecida pelos programas e projetos de desenvolvimento rural. Essa negação, em cadeia, do não reconhecimento das atividades realizadas pelas agricultoras familiares se explica pelo estabelecimento de desigualdade nas relações sociais de gênero no que tange a divisão social do

trabalho que se dá “naturalmente” via processo de socialização, determinando o espaço doméstico como “lugar de mulheres”, e o da produção como “lugar de homens”. (MELO, 2002, p. 13)

Apesar das relações abordadas pela a autora se referirem a agricultura familiar é possível traçar pontos de aproximação com esta pesquisa. Mesmo as mulheres atuando na linha de frente das emergências e desenvolvendo atividades semelhante a dos homens é necessário analisar se a figura feminina teve as mesmas oportunidades no contexto das obras.

O senhor Antônio Edilson aponta a existência de trabalhos que não eram destinados a figura feminina. Assim havendo a necessidade de alistar um dos filhos ainda de menor por não haver a função no contexto da obra que a mulher pudesse ocupar:

Sempre existia assim, comparação, uma mulher era dona de casa, era viúva e as vezes num tinha a função para ela. Tinha que alistar um dos filhos mesmo de menor pra que desse algum mantimento para a casa, porque num tinha outra fonte de renda, né? Então se era uma obra que ela num podia trabalhar, sempre alistava um filho de menor. (NASCIMENTO, 2021)

É possível compreender que a mulher piononense participou de forma ativa das frentes de trabalho, inclusive atuando em funções que muitas vezes eram vistas como trabalho dos homens. Porém na lembrança do entrevistado presente na citação acima, nos permite perceber que a imagem da mulher associada a uma figura frágil, que deve estar voltada para os afazeres domésticos ainda existe, e possivelmente em algum momento foi responsável por criar um sentimento de superioridade da figura do homem no contexto das emergências.

As questões de gênero diante deste contexto tiveram um papel importante para pensar a atuação da mulher piononense nas frentes de trabalho, ao proporcionar a inserção da mulher nesse trabalho acadêmico significa reconhecer a importância do seu trabalho para as obras de emergências, bem como sua importância enquanto sujeito histórico.

Outra importante mão de obra presente nas frentes de trabalho está relacionada com a participação de jovens no ambiente das emergências. Atuando em funções que exigia esforço físico os adolescentes iam para o ambiente das emergências motivados pela a necessidade financeira. O senhor João Eneas aborda que o seu primeiro trabalho nas emergências foi com 13 anos de idade, e relata a necessidade de começar a trabalhar para ajudar nas despesas da casa:

Com 13 anos, tinha muito da minha idade nesse período. Trabalhava, era muito longe, a gente ia de apes, a 7 quilômetros pronde a gente trabalhava, eu ia mais meu pai, saia cedo pra 7 hora ta no serviço. Trabalhava dois dias e meio de serviço lá e parava dois dias e meio sem trabalhar, que era duas turma. Trinta pessoa pegava da segunda até a quarta meio dia, na quarta meio dia pegava outra turma até a sexta a tarde. Eu so tinha direito de estudar dois dia, só três tarde, só! Na quarta, na quinta e na sexta, os outro

dia tinha que perder pra trabalhar. Era trabalho pesado, tinha que trabalhar, num inxistia outra renda, tinha que trabalhar pra ajudar os pai no mantimento da casa, tinha que trabalhar em todo serviço pesado. (FILHO, 2021)

De acordo com a fala do entrevistado os trabalhos realizados por ele eram pesados, e necessitavam que ele cumprisse carga horaria iguais aos adultos, não sobrando tempo para os estudos. Na memória do entrevistado era necessário perder aula para trabalhar nas emergências já que na época o trabalho desses jovens significava uma renda extra para ajudar na compra de mantimentos.

De acordo com a citação é possível perceber que as obras emergenciais atuavam a fim de propor medidas paliativas para o enfrentamento da seca. Se observar o contexto dos salários pagos é possível perceber a importância do dinheiro que cada pessoa recebia. Ao analisar a participação de adolescentes nas construções é perceptível o desleixo do poder público com a educação.

Os jovens que trabalhavam nas emergências recebiam a mesma remuneração dos adultos, sendo importante para que muitos pais buscassem alistar seus filhos para as obras afim de aumentar a renda da família. Questionado a respeito do que era feito do salário que recebia o senhor João Eneas relata que: “Nois recebia 15 cruzeiro na época, e aquela importância nois entregava pros pai pra fazer a feira do mês. Tava difícil, num dava lavoura, nesses ano num teve inverno, seca total mesmo”. (FILHO, 2021)

As obras de emergência foram acompanhadas pela a dificuldade que a população estava inserida, logo as frentes de trabalho mesmo exigindo grande esforço físico teve grande importância para a época, sendo que os salários que eram pagos aos trabalhadores surtiram um efeito muito positivo na vida desses.

Ao analisar as emergências como ferramenta assistencialista podemos compreender que o caráter das obras era paliativo, as construções idealizadas nesse período não foram responsáveis por preparar a população para conviver com os anos de estiagem. Nos anos em que as frentes de trabalho estavam sendo desenvolvidas a população continuava a sofrer com a falta de água, as obras de açudagem só poderiam proporcionar benefícios a longo prazo, as construções de cacimbões davam respostas de forma mais rápida, porém não eram capazes de solucionar o problema de abastecimento de água.

O auxílio financeiro pode ser entendido como o principal benefício das emergências do 1979 a 1983, sendo que naquele momento a população não podia contar com os benefícios das obras para resolver o problema de abastecimento de água, mas tinha a disposição os salários

que eram pagos pelos serviços prestados nas frentes de serviço, que era a única fonte de renda para muitas famílias.

Desta forma ao compreender as emergências através das relações de assistencialismo podemos analisar que na memória de quem participou das frentes de trabalho as ações desenvolvidas são vistas como positivas.

Foi uma coisa bem empregada que nem esses açudim que nem o da pedra branca, do angico tem o da oiticica, tem vários açudim. Num é açudão, mais tem vários açudimeque foi feito na época da emergencia que serve muito, muito mesmo. (NASCIMENTO, 2021).

Foi importante pra mim por que era de onde eu dava de comer a meus filhos, era daí. (NASCIMENTO, Antônia, 2021).

Era muito importante por conta da rendazinha pra ajudar a família, né por que a gente vivia muito aperrado, num tinha como comprar o que comer ai surgiu aquela emergência né? (FILHO, 2021).

A opinião dos entrevistados é pautada na forma como os mesmos compreendem as emergências, na percepção de quem necessitou do dinheiro das frentes de serviço para comprar alimentação os pontos positivos sobrepõem os negativos que muitas vezes não são ponderados.

A experiência do período das emergências foi responsável por destacar a importância do povo piononense, que mesmo diante de tantas adversidades não desistiu de encarar as dificuldades dos ciclos de seca na luta pela sobrevivência. Assim as medidas de auxílio propostas pelo o governo na época são vistas por essa população a partir de um legado positivo que muitas vezes não dá brecha para compreender os seus malefícios. Sendo assim esse momento é compreendido na história do município de Pio IX a partir da memória de grandes esforços para superar as dificuldades das secas de 1979, 1980, 1981, 1982 e 1983.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou de forma especial compreender como o período de atuação do 3º BEC na cidade de Pio IX ficou marcado na história do município. A seca no Nordeste é um fenômeno que acontece com uma certa frequência e de forma natural. Pensar como o poder público se comportou mediante ao drama vivido por milhões de pessoas é antes de mais nada conhecer a trajetória de sofrimento e de luta desse povo. Ao me deparar com a forma que os entrevistados abordam os anos de 1979 a 1983 foi possível compreender que os esforços da época estavam voltados para a sobrevivência, e que a falta de ações efetivas do governo foi responsável por muitas imigrações, miséria e fome.

As emergências tiveram a sua importância para o período, isso é inegável, porém eram necessárias mais ações do poder público. As pessoas necessitavam de políticas públicas que pudessem proporcionar a essa população viver com dignidade, proporcionando por exemplo acesso à educação.

As ações desenvolvidas se destacaram por apresentar um caráter paliativo, causando na população a dependência de políticas governamentais. A partir do que foi exposto ao longo do trabalho é possível compreender que a forma como o governo atuava contra a seca era ineficiente, impossibilitando que a população superasse as futuras estiagens sem a intervenção do estado.

O desenvolvimento dessa pesquisa proporcionou a possibilidade de preencher lacunas na história desse período, problematizando esse momento a partir de vivências que a marcaram a vida dos piononenses. Assim esse trabalho acadêmico se torna importante para influenciar novas pesquisas e indagações a respeito desse período.

5. REFERÊNCIAS

MONOGRAFIAS

LUZ, Bruno Santos. **Combate à seca em Picos nos anos 80**: políticas públicas e os relatos de quem participou das Frentes de Emergência. Monografia. Universidade Federal do Piauí. Picos – PI, 2013.

SOUSA, Paulo Bezerra de. **Da Necessidade, a Força: Cotidiano das Frentes de Trabalho Canabravenses no ano de 1983**. Monografia. Universidade Federal do Piauí. Picos – PI, 2014.

CARVALHO, Erik de Alencar Antão de. **Religiosidade católica e cotidiano urbano**: a formação da cidade de Pio IX-PI e sua vivência urbano-religiosa (décadas de 1940 e 1950). Monografia. Universidade Federal do Piauí. Picos – PI, 2015.

SOUSA, Paulo Estácio do Nascimento. **Sob o olhar dos vaqueiros piononenses**: a ressignificação de ser vaqueiro na mudança de uma prática sociocultural para uma festividade lúdica (1960-1980). Monografia. Universidade Federal do Piauí. Picos – PI, 2018.

CRUZ, Fernando de Sousa. **A seca em Picos - Piauí nos anos de 1979 a 1985**: o combate e a sua memória. Monografia. Universidade Federal do Piauí. Picos – PI, 2017.

LEAL, Walquiria Carvalho. **Política, progresso e efetivação**: o 3º BEC na cidade de Picos-PI 1970-1980. Monografia. Universidade Federal do Piauí. Picos – PI, 2018.

MOURA, José Elierson de Sousa. **Os múltiplos dizeres sobre a cidade**: a invenção discursiva da pobreza em Picos (1940-1949) Monografia. Universidade Federal do Piauí-PI, 2013.

- LIVROS

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca. Fortaleza**: DNOCS, 1914.

ALENCAR, Custódia Matutina de. **Município de Pio IX**. Picos: Gráfica Pires, 2000.

ALENCAR, Odon Antão de. **Minha vida nos Baixios**. Fortaleza: A Província, 2007.

AGUIAR, Pinto de. **Nordeste: o drama das secas. Rio de Janeiro**: Civilização Brasileira, 1983.

GARCIA, Carlos. **O que é o Nordeste Brasileiro**. Brasiliense, 2017. E-book. Disponível em: <https://ler.amazon.com.br/?asin=B074JKWTC6>. Acesso em 10 jan. 2021.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo; Ática, 1989. p. 7-37

BEZERRA, José de Alencar. **Memórias**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1983.

ARTIGOS

CASTRO, Lara de. **“Cassacos”**: trabalho, cotidiano e conflitos nas frentes de serviços na Bahia e no Ceará (1945-1962), Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

ALVARENGA, Ronaldo de. **As ações de combate aos efeitos da seca em Campo Maior-PI nas décadas de 1940 e 1950**, Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 7, n. 1, jan./jun. 2018.

FISCHER, Izaura Rufino. ALBULQUERQUE, Ligia. **A mulher e a emergência da seca no nordeste do Brasil**, 2002.

CAMPOS, Robério Telmo, KHAN, Ahmad Saeed. **Efeitos das secas sobre o pequeno produtor rural do Nordeste**, revista economia rural, Fortaleza, v. 20, n. 1, p. 9-30. Jan/mar. 1989.

ROCHA, Cristiana Costa da. LEITE, Milena de Araújo. **A seca de 1979 a 1983 no semiárido piauiense: reflexões a partir da construção da barragem de Bocaina, Picos-PI**, 2020.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 6, nº 4, 1986.

FONTES ORAIS

NASCIMENTO, Antônio Edilson do. trabalhador rural, moradora da rua João Firmino, município de Pio IX. Entrevista concedida a Erton de Alencar Antão de Carvalho no dia 26 de maio de 2021.

NASCIMENTO, Antônia Carmosa da Silva do. aposentada, moradora da rua João Firmino, município de Pio IX. Entrevista concedida a Erton de Alencar Antão de Carvalho no dia 26 de maio de 2021.

FILHO, João Eneas Bezerra. agricultor, morador da comunidade Itans no município de Pio IX. Entrevista concedida a Erton de Alencar Antão de Carvalho no dia 23 de maio de 2021.

ANEXOS

FIG-IX LOCALIDADES POPPASTA 01 - ACUDES

ALTO BELQ
 ANGICOS
 AREIA BCA
 BX DO ARROZ
 BALANÇA
 BARAUNAS
 BX OLHO D'AGUA

Ano 1983

PASTA 02 - ACUDES

BOA VISTA
 CADOI
 CAIÇARA
 CAJAZEIRAS
 CANGAS
 CHAPADINHA
 COIVARAS
 CRUZ DAS ALMAS
 DESERTO
 DOIS RIACHOS
 ESCONDIDO
 LAGOA DO SACO

PASTA 03 - ACUDES

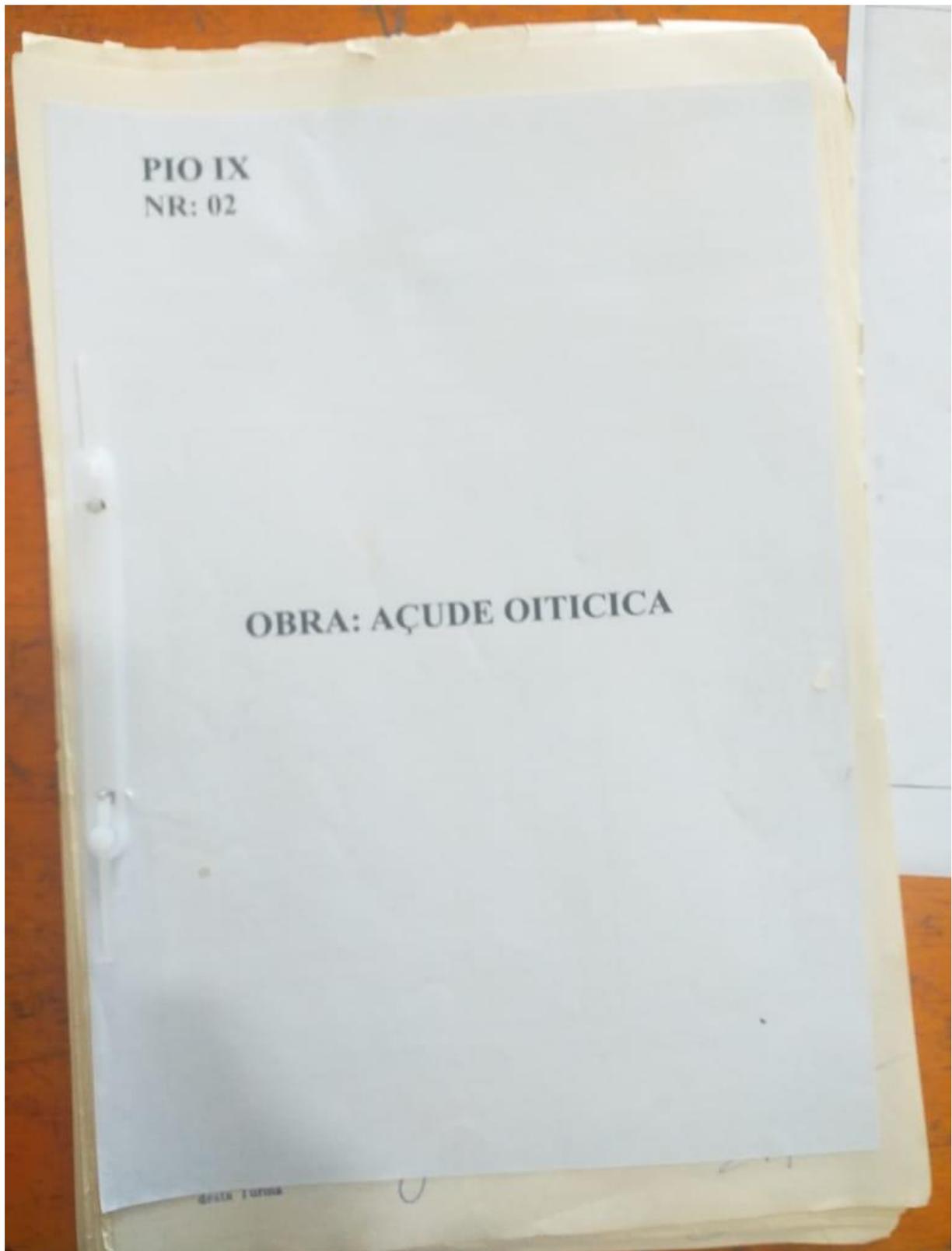
MASSAPÉ
 OITICICA
 PEDRA BCA
 PITOMBEIRA
 POÇO DO COURO
 QUIXADÁ
 RIACHO DOS BOIS
 SABURÁ
 SÃO BENTO
 WANDERLEIA
 *ALAGOINHAS

PASTA 04 - BARRAGEM

BARAUNA SECA
 BARRA
 COVA DONGA
 GUANABARA
 ITANS
 PIO IX
 QUEIMADAS
 SANTA CRUZ
 AMARELO FERRADO I e II
 APARECIDA
 CANINDÉ
 LAPINHA
 MORRO DA CAUÁ
 RETIRO

PASTA 05 - BARREIRO

SERRA VELHA
 TAMANDUÁ
 TRAVESSÁ
 *CACIMBÕES



Fonte: Arquivo 3º BEC

FL 15

FOLHA DE PAGAMENTO DO PESSOAL INSCRITO NO PROGRAMA DE OBRAS PÚBLICAS

Município: PTO IX Obra: AÇUDE OITICICA Turma N.º 15

Registro N.º	NOME	n.º de Diárias	Valor a Pagar	Rubrica Pagador
Transporte			3.804,766,00	
1397	FCO. PEREIRA DA SILVA	30	11.225,00	
1398	ANTONIO ELISEU DA SILVA	30	11.225,00	
2466	RIVALDO ANTONIO DE ALENCAR	30	11.225,00	
3787	JOSÉ AMILTON DA SILVA	30	11.225,00	
3788	PEDRO GOMES DE SOUSA	30	11.225,00	
3131	ADRIANO JOAO DE SOUSA	30	11.225,00	
3156	RAIMUNDO NUNES DE SOUSA	30	11.225,00	
3255	LUIS JOSÉ DA COSTA	30	11.225,00	
4086	IVAN DIAS DE QUEBRÓZ	30	11.225,00	
4087	GERALDO DE CARVALHO ANTONIO	30	11.225,00	
4824	FCO. ASSIS DE ALENCAR VEIOSO	30	11.225,00	
Total			Cr\$ 3.928.241,00	

Importa a presente folha de Pagamento de Inscritos no programa de obras públicas em Cr\$ 3.928.241,00 (TRES MILHÕES, NOVECENTOS E VINTE E OITO MIL, DUZENTOS E QUARENTA E HUM CRUZETROS). MAIO de 198 3

[Assinatura]
Chefe da Residência

[Assinatura]
Encarregado da Obra

[Assinatura]
Chefe da Sub. Res.

OBS: Recolher, durante o pagamento, as cadernetas de ponto

PROGRAMA DE FRENTE PRODUTIVAS DE TRABALHO
- EMERGENCIA - 1993 -

LOCALIDADE: SEDE PARÓCIA: MÉS, JANEIRO MUNICIPIO: PIO IX

F O L H A D E P A G A M E N T O

N DE ORDEM	NOME	DOCUMENTO		VALOR PAGO	
		TIPO	NÚMERO		
1.711	ANTONIO NUNES DE SOUSA	IDENTIDAD	1.395.616	16.441,	
1.712	ANGELO MERÍCIO ALVES PINHEIRO	T. ELEITOR	97328715-03	16.441,	<i>Antônio Merício Alves Pinheiro</i>
1.713	ANTONIO FRANCISCO FERREIRA	" "	167492715-89	16.441,	<i>Antônio Francisco Ferreira</i>
1.714	ANTONIO CLEMENTE DO NASCIMENTO	" "	167285815-03	16.441,	<i>Antônio Clemente do Nascimento</i>
1.715	ANTONIO MARCELINO DE SOUSA	" "	97208115-20	16.441,	<i>Antônio Marcelino de Sousa</i>
1.716	ANTONIO VIANA NETO	" "	4580215-38	16.441,	<i>Antônio Viana Neto</i>
1.717	ANTONIO AMÂNCIO DO NASCIMENTO	IDENTIDAD	1.186.493	16.441,	<i>Antônio Amâncio do Nascimento</i>
1.718	ANTONIO PEREIRA SOBRINHO	T. ELEITOR	43981815-97	16.441,	<i>Antônio Pereira Sobrinho</i>
1.719	AMÂNCIO CICERO DO NASCIMENTO	" "	26609515-46	16.441,	<i>Amâncio Cícero do Nascimento</i>
1.720	ANTONIO FREITAS DE AMARANTES	IDENTIDAD	1.313.398	16.441,	<i>Antônio Freitas de Amarantes</i>
1.721	ANTONIO DE ASSIS DA SILVA	" "	118.506.786	16.441,	<i>Antônio de Assis da Silva</i>
1.722	ANTONIO ARI ALVES	T. ELEITOR	43580615-62	16.441,	<i>Antônio Ari Alves</i>
1.723	ALDAI FRANCISCO DE ARAÚJO	" "	192693515-03	16.441,	<i>Alдай Francisco de Araújo</i>
1.724	ANTONIO CUSTÓDIO DA SILVA FILHO	IDENTIDAD	018.652	16.441,	<i>Antônio Custódio da Silva Filho</i>
1.725	ANTONIO PINHEIRO SOBRINHO	T. ELEITOR	43754315-11	16.441,	<i>Antônio Pinheiro Sobrinho</i>

P A G O EM: 30 / 01 / 94

REPRES. DA PREFEITURA REP. / SIND. / TRAB. RURAIS DA AGRICULT. REPRES. DA EMATER REPRESENT. DA IGREJA

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pio IX

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO PRODUTIVAS DE TRABALHADORES RURAIS
- EMERGENCIA - 1993 -

LOCALIDADE: MERCADOR IDENTIFIC: PIO IX

PERÍODO: MÊS: MARÇO

F O R M U L A R I O

Nº DE CADERNETA	NOME	DOCUMENTO TIPO	Nº DO DOCUMENTO	VALOR PAGO
				1,00
1.411	ANTONIO APRÍGIO DA COSTA	T-ELEITOR	26599215-11	27.031,97
1.412	FRANCISCO BERTOLDO DA SILVA	C.P.F.	527.359.823-00	27.031,97
1.413	RIVALDO ARRUDA DO NASCIMENTO	C.NASC.	8.764/04/50	27.031,97
1.414	JOSÉ ARRUDA DO NASCIMENTO	T-ELEITOR	41664215-89	27.031,97
1.415	JOSÉ ANTONIO DE ALENCAR	IDENTIDAD	1.148.482	27.031,97
1.416	MARIA VILANIR DA CONCEIÇÃO	T-ELEITOR	97163515-11	27.031,97
1.417	AVANILSON VICENTE FÉLIX	" "	216090315-97	27.031,97
1.418	ANTONIO ALVES DE AMORIM	" "	167512015-54	27.031,97
1.419	GERALDO VICENTE FÉLIX	" "	167350715-20	27.031,97
1.420	ROSENDO VICENTE FÉLIX	" "	6071315-46	27.031,97
1.421	VICENTE ROSENDO FÉLIX	IDENTIDAD	429.335	27.031,97
1.422	ANTONIO MARCIEL FÉLIX	T-ELEITOR	167496315-46	27.031,97
1.423	JOÃO ARAIAS NETO	" "	97038015-20	27.031,97
1.424	JOSÉ PEREIRA DA SILVA	" "	347.231	27.031,97
1.425	MÁRIO CÉSAR ARAIAS	" "	1.755.502	27.031,97

30 / 03 / 94

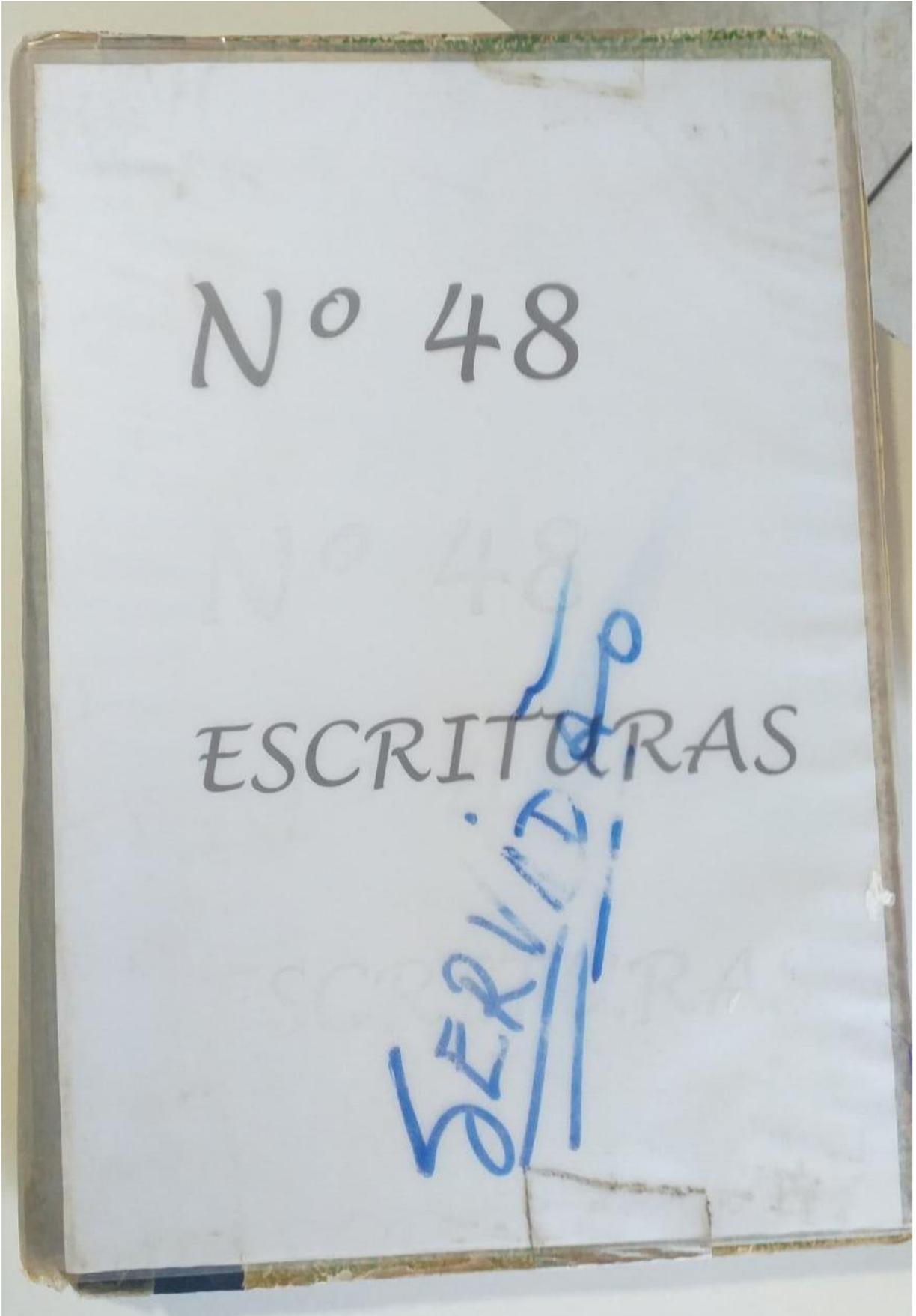
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ZOOTECNIA

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pio IX

N.º DE FIDELIDADE	NOME	LOCALIDADE	FREQUENCIA
992	MARIA FRANCISCA DE JESUS	SERPA DA BARAUNA	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
911	EDILSON FRANCISCO SOBRINHO I	JOAQUIM SILVESTRE	TRANSFERIDO
912	EDILSON FRANCISCO SOBRINHO II	-	TRANSFERIDO
915	FRANCISCO OSTRINO DA COSTA	-	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
920	FRANCISCO HERBÍNIO SOBRINHO	-	TRANSFERIDO
926	JOÃO SALUSTIANO DA ROCHA	-	TRANSFERIDO
923	MANOEL JOAQUIM DE SOUSA	-	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
938	Polycarpo Francisco do nascimento	-	TRANSFERIDO
936	ROSINALDO FRANCISCO DE SOUSA	-	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
439	VERIDIANO SILVESTRE DE SOUSA	-	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
941	ZUMIRA MARIA DE JESUS	-	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
925	JOSÉ AVELINO DE SOUSA NETO	-	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
914	FRANCISCO JOSINO MARCOS	-	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
985	JOSÉ OLÍMPIO DE SOUSA NETO	-	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
984	JOSÉ PAULO DA SILVA	-	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Mês Outubro

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pio IX



Fonte: Cartório Izidro de Alencar Bezerra – 1ºofício

Escritura Pública de Constituição de Servidão e Utilização, que fazem: Antônio José de Sousa, e sua mulher dona Antônia Ana de Sousa.

Vai bem quantos esta Escritura vierem, que aos onze (11) dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e três (1983), nesta cidade de Rio IX, Estado do Rio Grande do Sul, em meu cartório perante mim, Vabelião do 1º Ofício compareceram Antônio José de Sousa, e sua mulher dona Antônia Ana de Sousa, CPF sob nº 183-449-833-72 brasileiros, casados, o primeiro agricultor, e a segunda de prendas do misticas, ambos residentes no lugar Massapé, deste município de Rio IX, Ri, pessoas minhas conhecidas, e das duas testemunhas adiante nomeadas e assinadas, de cuja identidade e capacidade jurídica dou fé. E, perante estas testemunhas, declararam que sendo senhores e legítimos possuidores de uma gleba de terras, localizada no imóvel rural denominada do "Massapé", da Data "Marçal", deste município, com a área total de 31,90,00 has, cadastrada no Incra sob nº 124-003-638-4, registrada sob nº 8.694 fls 135 do Livro 3-B do Registro de Imóveis deste cartório, e Comarca, na qual será construída um acude pelo Programa de Obras Públicas, através do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, Constituem em servidão pública, para uso comum de todos, o direito perpétuo de se abastecerem, para fins domésticos, das águas repre-

m e b Maciel

dadas pela obra acima referida, à semelhança das
 águas consideradas públicas pelo art. 5º do Código de Águas
 (Dec. 24.643/34) comprometendo-se eles declarantes, por
 si e seus sucessores, a qualquer título, manter a servi-
 ção de passagem para uso dessas águas pelas popu-
 lações do local ou comunidades vizinhas, pela via de
 mais fácil acesso, sem direito a qualquer indeniza-
 ção no que tange à servidão no presente ou futuro,
 não podendo omitir esses ônus ora instituídos sobre
 a título a terceiros adquirentes a qualquer título.
 Assim convencionados, me pediram lhes lavrasse esta
 Escritura a qual foi lida por mim, Babelião Pública
 na presença das partes e testemunhas foi aceita,
 em tudo, por aquelas que, reciprocamente, outorga-
 ram e assinam com as testemunhas presentes: Elias
 Hefidio Ribeiro, e Antônio Espi de Moura Sá, ambos
 maiores, capazes, e meus conhecidos. Eu, Maria Car-
 miuha Bezerra Maciel, Babelião do 1º Ofício, es-
 crevi e assino, em público e raso. Em test. m e b m
 da verdade. A Babelião Pública do 1º Ofício.
 Maria Carmiuha Bezerra Maciel.
 + Antônio João de Souza
 - Antônio Antônio de Souza
 Antônio Antônio de Souza
 Antônio Hefidio Ribeiro
 Antônio da Silva Araújo



Fonte: Antônia Carmosa da Silva do Nascimento



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- Tese
 Dissertação
 Monografia
 Artigo

Eu, **Erton de Alencar Antão de Carvalho** autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação “**A ATUAÇÃO DO 3º BEC NO MUNICÍPIO DE PIO IX NO COMBATE À SECA (1979-1983)**” de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 20 de Outubro de 2021.

Erton de Alencar Antão de Carvalho
Assinatura

Erton de Alencar Antão de Carvalho
Assinatura